

A photograph of a sunset or sunrise over a line of bare trees. The sun is a bright, glowing orb partially obscured by clouds, casting a warm, golden light across the scene. The trees are dark silhouettes against the bright sky.

Estratégia de Finanças Climáticas para as IFDs Brasileiras



Sobre a parceria

Como parte do Programa de *Green Finance*, no âmbito do *Prosperity Fund (UK Government's Prosperity Fund Green Finance Programme)*, a Embaixada Britânica e a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) firmaram parceria com o objetivo de ampliar os recursos para financiar projetos que promovam o crescimento sustentável, atendendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como colaborando para o atendimento do compromisso de redução de gases de efeito estufa firmado pelo Brasil na COP21, no enfrentamento do mercado de “2 graus”; fortalecer dos padrões internacionais nas Instituições Financeiras de Desenvolvimento, coerentes com a legislação brasileira, de modo a aumentar a atratividade destas instituições no mercado internacional; e aprimorar o mercado de finanças verdes no Brasil, motivado pelo crescimento e capacitação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento. Neste sentido, este relatório é resultado deste trabalho e busca definir estratégia e recomendações para atuação da ABDE e de seus associados no cenário “2graus”.

Coordenação Técnica

SITAWI Finanças do Bem

Equipe

Débora Masullo, Consultora Sênior

Gustavo Pimentel, Diretor

Beatriz Maciel, Analista

Sobre a ABDE

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) reúne as Instituições Financeiras de Desenvolvimento presentes em todo o país – bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento controlados por unidades da Federação, bancos cooperativos, bancos públicos comerciais estaduais com carteira de desenvolvimento, agências de fomento –, além da Finep e do Sebrae. Essas instituições compõem o Sistema Nacional de Fomento (SNF). A ABDE define estratégias e discute ações indutoras do SNF, tendo como meta constante o aprimoramento da atuação de seus associados para que essas instituições financiem com eficiência o desenvolvimento brasileiro.

Sobre a Missão Diplomática Britânica no Brasil

É formada pela Embaixada (localizada em Brasília) e pelos Consulados Britânicos (presentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife). É a responsável pelas relações bilaterais entre o Reino Unido e o Brasil.

Sobre a SITAWI

Fundada em 2008 com a missão de mobilizar capital para impacto socioambiental positivo, a SITAWI é uma organização pioneira no desenvolvimento de soluções financeiras para o setor social e no aconselhamento do setor financeiro para a incorporação de questões socioambientais nos negócios. Com escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo, possui a maior prática de pesquisa e consultoria em finanças sustentáveis da América Latina, atendendo bancos, seguradoras, gestores de recursos, empresas, ONGs, entidades setoriais e de fomento.

Sumário

1	Introdução e metodologia	4
2	Finanças climáticas nas IFDs brasileiras	6
2.1	Posicionamento das IFDs frente às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)	6
2.2	Obstáculos à definição de posicionamento frente às NDC	11
2.3	Caracterização dos produtos e serviços financeiros	14
2.4	O papel das instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais	25
2.5	O papel da ABDE	26
3	Benchmark Internacional	27
3.1	Posicionamento das IFDs frente às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)	27
3.2	Caracterização dos produtos e serviços financeiros	28
3.3	O papel das instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais	29
3.4	O papel das associações e melhorias no ambiente legal e institucional	29
4	Conclusões e Recomendações	31
4.1	Recomendações para IFDs brasileiras	34
4.2	Recomendações para ABDE	38
5	ANEXOS	40
5.1	Respostas por segmentos da ABDE	40
5.1.1	Bancos Comerciais e de Desenvolvimento Nacionais	40
5.1.2	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional ⁴⁴	
5.1.3	Banco de Desenvolvimento Regional	48
5.1.4	Agência de Fomento	52
5.1.5	Banco Cooperativo	57
5.2	Questionário	62

1 Introdução e metodologia

Comissionado pela Embaixada Britânica - Foreign and Commonwealth Office, com parceira da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), este relatório tem como objetivo gerar recomendações para o desenvolvimento de uma estratégia de finanças climáticas para a ABDE e suas Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) associadas, como parte do Projeto de Estratégia de Finanças Climáticas, o qual tem por objetivos:

- a) Aumentar e alavancar recursos para financiar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável e apoiem os Objetivos de Sustentabilidade da ONU e o cumprimento dos compromissos do NDC de Paris no Brasil;
- b) Fortalecer a adoção de normas internacionais nas IFDs, alinhando essas normas com a legislação brasileira e aumentando a atratividade dessas instituições no mercado internacional;
- c) Acelerar o desenvolvimento do mercado financeiro verde no Brasil, inclusive por meio do papel das Instituições Financeiras de Desenvolvimento como modelos a seguir.

Estratégias de finanças climáticas compreendem a definição de políticas, planos de ação e medição de desempenho associadas a objetivos de combate à mudança do clima por parte de instituições financeiras. Isto consiste em avaliar internamente os riscos associados à mudança do clima nas operações e carteiras das instituições e oportunidades de negócios para desenvolvimento de linhas de financiamento climáticas, em linha com os compromissos da NDC dos países.

O relatório analisa o atual posicionamento das instituições do Sistema Nacional de Fomento no que concerne ao combate à mudança do clima e ao atingimento das metas estabelecidas pelo Acordo de Paris através da Contribuição Nacional Determinada do Brasil (NDC). Também inclui uma análise de benchmark com instituições financeiras de desenvolvimento internacional, especialmente na América Latina.

Foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos, distribuídos ao longo de três etapas:

- (i) Pesquisa de mesa junto a instituições financeiras de desenvolvimento internacionais;
- (ii) Envio de um questionário para 29 IFDs brasileiras associadas à ABDE, com posterior análise de seus resultados;
- (iii) Realização de entrevistas com perguntas abertas, por telefone, junto a IFDs internacionais.

A segunda etapa ocorreu com auxílio da ABDE através do envio do questionário online para seus associados, entre os dias 05 e 21 de dezembro, obtendo 76% (22 respostas) de retorno das instituições convidadas a participar. O questionário on-line apresenta questões abertas e questões fechadas nas quais os respondentes deveriam indicar sua preferência entre um conjunto de opções.

As demais etapas foram realizadas entre dezembro/2018 e janeiro/2019. As IFDs internacionais foram selecionadas inicialmente a partir da lista de membros da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (ALIDE). Foram priorizadas as IFDs dos maiores países da região. Para aumentar a diversidade, foram incluídas IFDs de países com os quais o Brasil possui relação comercial mais forte (ex. Paraguai) ou que são reconhecidos pela ambição de suas NDCs (ex. Costa Rica).

Tabela 1: Lista de IFDs pesquisadas

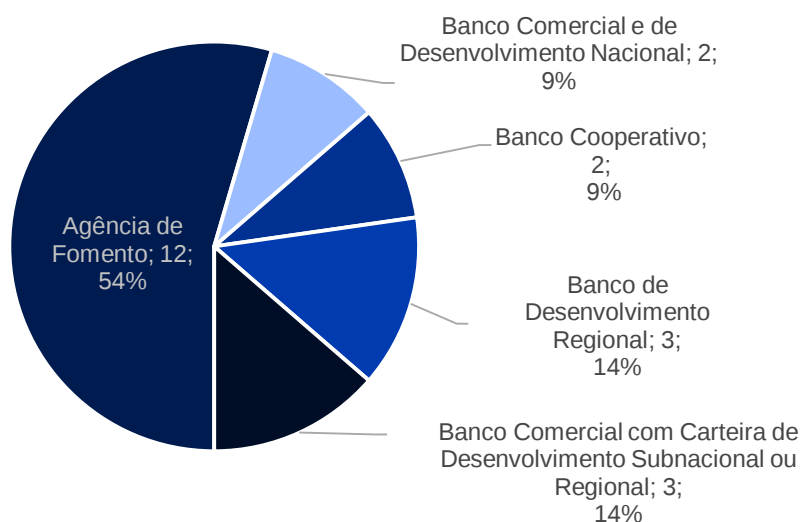
	País	Pesquisa de mesa	Selecionada para entrevista	Entrevistada
Banco de la Nación Argentina	Argentina	Sim	Não	Não
Financiera del Desarrollo (FINDETER)	Colômbia	Sim	Sim	Sim
BancoEstado	Chile	Sim	Sim	Não
Corporación de Fomento de la Producción (CORFO)	Chile	Sim	Não	Não
Banco de Desarrollo del Ecuador B.P. (BdE)	Equador	Sim	Sim	Não
Nacional Financiera S.N.C. (NAFIN)	México	Sim	Sim	Sim
Corporación Financiera de Desarrollo S.A. (COFIDE)	Peru	Sim	Sim	Sim
Banco del Comercio Exterior de Colombia S.A. (BANCÓLDEX)	Colômbia	Sim	Sim	Sim
Banco de Inversión y Comercio Exterior S.A. (BICE)	Argentina	Sim	Sim	Sim
Banco Nacional de Costa Rica (BNCR)	Costa Rica	Sim	Sim	Não
Fideicomisos Instituidos en Relación con la Agricultura (FIRA)	México	Sim	Sim	Sim
Agencia Financiera de Desarrollo (AFD)	Paraguai	Sim	Sim	Sim

O questionário e o roteiro de entrevista foram desenvolvidos com base em diversas referências sobre finanças climáticas no Brasil e internacionais, tais como: questionário do Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), questionário do Climate Disclosure Project (CDP), questionário Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Global Reporting Initiative Standards (GRI), questionário do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e o website da NDC Invest. A versão completa do questionário se encontra nos Anexos.

2 Finanças climáticas nas IFDs brasileiras

A distribuição da amostra de acordo com a classificação de membros da ABDE refletiu de forma significativa a distribuição do universo de membros convidados a participarem na pesquisa, com 75% de resposta de agências de fomento, 100% de bancos de desenvolvimento regionais, 75% de bancos comerciais com carteira de desenvolvimento, 67% de bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais e 67% de bancos cooperativos. O gráfico 1 abaixo mostra a classificação da amostra.

Gráfico 1: Distribuição da amostra por classificação de membros da ABDE



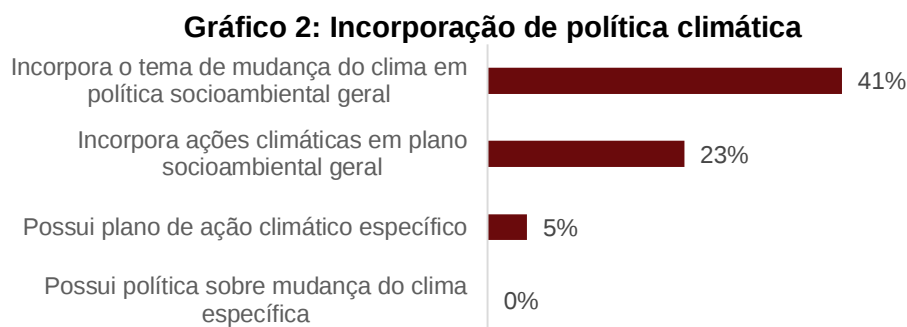
Amostra: 22

2.1 Posicionamento das IFDs frente às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)

A pesquisa buscou identificar o grau de engajamento dos membros da ABDE no combate à mudança do clima através de seus posicionamentos institucionais relativos às metas do Brasil para mitigação e adaptação (Contribuições Nacionalmente Determinadas - NDC) definidas a partir do Acordo de Paris. A análise do posicionamento incluiu a avaliação da implantação de políticas, estratégias e governança voltadas para finanças climáticas.

Política

Os resultados apontaram que menos da metade das instituições avaliadas apresenta o tema de combate à mudança climática em alguma política corporativa, sendo este tema incorporado à política socioambiental geral e não em política específica. No que diz respeito à definição de um plano climático, verificou-se que apenas uma instituição apresenta plano climático específico e 23% (5) da amostra incorpora ações climáticas em plano socioambiental geral. Os 73% (16) restantes da amostra indicaram não possuir plano associado ao clima mesmo dentro de um escopo mais amplo de plano socioambiental.



Amostra: 22

O grupo de bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais e o grupo de bancos comerciais com carteira de desenvolvimento subnacional ou regional se destacam no que concerne à incorporação do tema de mudança do clima em política socioambiental geral e em ações climáticas em plano socioambiental geral. Contudo, apenas um dos bancos comerciais com carteira de desenvolvimento subnacional ou regional indicou possuir plano de ação climático específico.

O grupo das agências de fomento, que possui o maior número de instituições, obteve mais de 1/3 de resposta quanto à incorporação do tema em política ou plano socioambiental geral, indicando que algumas instituições, principalmente no Sul, Sudeste e uma no Nordeste lideram esta questão dentro deste grupo.

Vale apontar que os bancos cooperativos também demonstraram atuação neste sentido, com ambas respondentes indicando a incorporação de ações em plano ou temas em políticas socioambientais gerais.

Tabela 2: Incorporação de política climática por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Incorpora o tema de mudança do clima em política socioambiental geral	100%	67%	33%	33%	50%
Incorpora ações climáticas em plano socioambiental geral	50%	33%	33%	8%	50%
Possui plano de ação climático específico	0%	33%	0%	0%	0%
Possui política sobre mudança do clima específica	0%	0%	0%	0%	0%

Estratégia

Cerca de 59% (13) das organizações oferece produtos financeiros verdes. No entanto, percentual inferior de respondentes adota política climática, como apresentado acima. Isto pode ser explicado, como será apresentado em seções seguintes, que outros fatores, como a captação de fundos internacionais e oportunidades de mercado têm influenciado a criação de produtos financeiros voltados ao combate à mudança do clima, ainda que não associados a uma política climática específica.

A avaliação de riscos e oportunidades climáticos pelas IFDs brasileiras ainda pode ser aprimorada, visto que apenas 23% (5) conduz mapeamento de oportunidades e 14% (3) executa gestão de riscos climáticos.

Verificou-se que há um nível baixo de transparência quanto às emissões de gases de efeito estufa na carteira das instituições, assim como incorporação de impactos climáticos no planejamento estratégico da instituição.

Nota-se a ausência de sofisticação da incorporação do tema de mudança climática em termos de cálculo de impacto climático (riscos e oportunidades) na carteira de crédito das IFDs. Da mesma forma, nenhuma instituição apontou adotar metas de redução de gases de efeito estufa em suas operações ou carteira de crédito.

Gráfico 3: Estratégia climática



Amostra: 22

A oferta de produtos e serviços climáticos é fortemente executada pelos bancos nacionais, subnacionais e regionais. No entanto, somente cerca de 42% (5) das agências de fomento e metade dos bancos cooperativos (1) oferecem estes produtos.

No caso de mapeamento de oportunidades em relação à mudança do clima, a adoção de gestão de riscos climáticos e reporte de emissões de GEE (gases de efeito estufa), um número menor de instituições o efetua (até 50% em cada segmento), tendo destaque

os bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais e os bancos cooperativos. Interessante notar que ainda que estes últimos tenham avaliações internas de risco e oportunidades, estas ainda não estão integradas em planejamento estratégico. Uma possível explicação é a maior dificuldade de alinhamento entre diferentes cooperados, no âmbito da exposição a estas questões.

Tabela 3: Estratégia climática por segmento

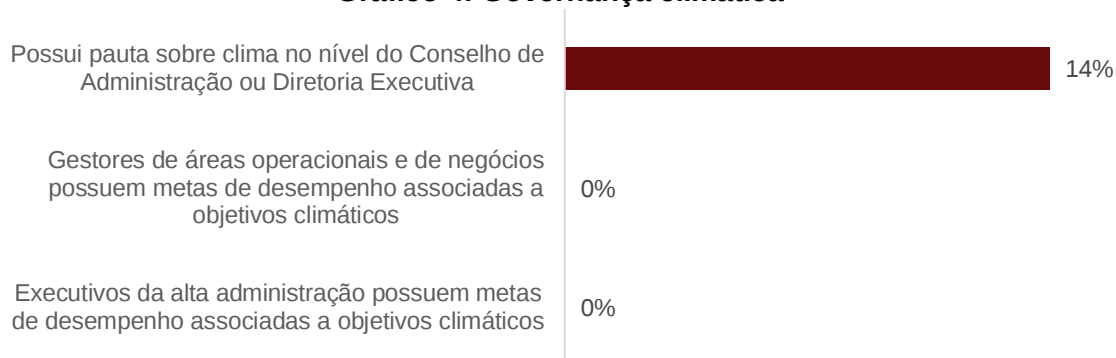
	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Oferece produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima	100%	67%	100%	42%	50%
Conduz mapeamento de oportunidades em relação à mudança do clima	50%	33%	33%	8%	50%
Adota gestão de riscos de questões climáticas que afetem produtos e serviços	50%	33%	0%	0%	50%
Incorpora os impactos climáticos no planejamento estratégico da instituição	50%	33%	0%	0%	0%
Reporta volume de gases de efeito estufa emitidos e evitados da sua carteira de produtos	50%	0%	0%	0%	50%
Adota metas de redução de gases de efeito estufa (GEE) de suas operações e carteira de crédito absolutas ou relativas	0%	0%	0%	0%	0%

Utiliza cenários climáticos e análises de sensibilidade para calcular impactos climáticos nos negócios	0%	0%	0%	0%	0%
Calcula impactos financeiros associados a riscos e oportunidades climáticas em seus produtos, serviços e operações	0%	0%	0%	0%	0%

Governança

Em relação à governança da instituição frente às questões climáticas, não foi verificada a inclusão de metas de desempenho vinculadas às NDC para gestores de áreas operacionais e de negócios e para executivos da alta administração. Em apenas 14% (3) dos casos, houve menção de que a instituição possuía pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva.

Gráfico 4: Governança climática



Amostra: 22

O envolvimento do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva no tema é mais notado em bancos comerciais e de desenvolvimento nacional, mas ainda menos expressivo (até 50% das menções) que a existência de normatizações e análises internas.

Mais uma vez, destaque é dado aos bancos cooperativos. Uma possível explicação para tal liderança de um respondente no tema em termos de governança seja o fato de terem obtido recursos de bancos multilaterais que solicitam maiores considerações socioambientais no processo de financiamento e parceria com banco internacional cooperativo.

Por outro lado, conforme já mencionado anteriormente, o estabelecimento de metas de desempenho vinculadas a questões climáticas ainda é inexistente em todos os segmentos analisados.

Tabela 4: Governança climática por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Possui pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva	50%	0%	33%	0%	50%
Gestores de áreas operacionais e de negócios possuem metas de desempenho associadas a objetivos climáticos	0%	0%	0%	0%	0%
Executivos da alta administração possuem metas de desempenho associadas a objetivos climáticos	0%	0%	0%	0%	0%

Finalmente, convém pontuar que número relevante de membros da ABDE ainda não possui posicionamento sobre o tema (seja no âmbito de política, estratégia ou governança), especialmente em agências de fomento. O papel dos bancos e das agências de fomento no tema de mudança do clima deve ser fortalecido e expandido para todas as instituições pertencentes a esses grupos.

Tabela 5: Instituições não atuantes no tema

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Não possui posicionamento	0%	33%	0%	42%	0%

2.2 Obstáculos à definição de posicionamento frente às NDC

Tendo-se em vista que 59% (13) das instituições analisadas não possui política climática, 73% (16) não possui plano climático, 86% (19) não possui esta pauta junto ao Conselho de Administração ou Diretoria Executiva e 27% (6) não possui nenhum posicionamento sobre o tema (política, estratégia ou governança), foram identificados os principais motivos para a não incorporação destas questões até a data da presente pesquisa (exclui-se do gráfico 5 os casos não aplicáveis que representam 27% (6) da amostra):

- 63% (10) das instituições que responderam esta questão atendem apenas às exigências dadas pela legislação brasileira sobre o clima¹, a qual ainda não impõe

¹ Atualmente as instituições financeiras estão sujeitas à Resolução CMN 4327/14 (https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48734/Res_4327_v1_O.pdf), além de normativo de autoregulação da Febraban SARB 14/14

- obrigatoriedade dos setores econômicos na redução de emissões de gases de efeito estufa e medidas de adaptação;
- b. Foi dado destaque à falta de conhecimento técnico para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição (44% (7) das menções), reforçando a necessidade de capacitação das IFDs brasileiras;
 - c. Com menção em 25% (4) dos casos, a restrição financeira para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição está associada à indisponibilidade de recursos internos para efetuar estudos climáticos;
 - d. Com menor frequência de menção (13% (2)), o item “incertezas quanto ao posicionamento da alta administração” reflete que, apesar do período de transição administrativa das instituições públicas, o tema possui certa aderência institucional;
 - e. Outras razões apontadas se referem a recente implantação de política (com menção em 9% (2) dos casos), à falta de engajamento de gestores (5% (1)), a dificuldade de implementação dada a atuação em nicho de mercado de microfinanças (5% (1)) e dificuldade de viabilizar economicamente produtos climáticos (5% (1)).

Gráfico 5: Obstáculos à definição de posicionamento climático



Amostra: 16

O nível de exigência da legislação vigente é a régua que orienta a maior parte das agências de fomento (50% (6)) e de bancos comerciais com carteira de desenvolvimento subnacionais e regionais (67% (2)), e em menor proporção (33% (1)) os bancos de desenvolvimento regional.

Nota-se que as agências de fomento indicam a falta de conhecimento técnico para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas, indicando que uma forma mais estruturada de captura e análise destas informações é uma necessidade.

(http://produtosbancarios.com.br/wp-content/uploads/2016/09/PRSA_Normativo-SARB-014-Responsabilidade-Socioambiental-aprovado-CAR-28.0....pdf), os quais versam sobre a constituição de uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA). Mais recentemente a Resolução CMN 4557/17 (https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50344/Res_4557_v1_O.pdf) também passou a determinar o gerenciamento de riscos socioambientais. No entanto, estas regulamentações não determinam política ou gerenciamento de riscos especificamente relacionados a questões climáticas.

Restrições financeiras para a realização desses estudos também são indicadas como fator relevante por 33% (4) dessas instituições.

Os bancos de desenvolvimento regionais também indicaram que outros fatores, como o engajamento de gestores são determinantes para implementar um posicionamento robusto no tema.

Tabela 6: Obstáculos à definição de posicionamento climático por segmento

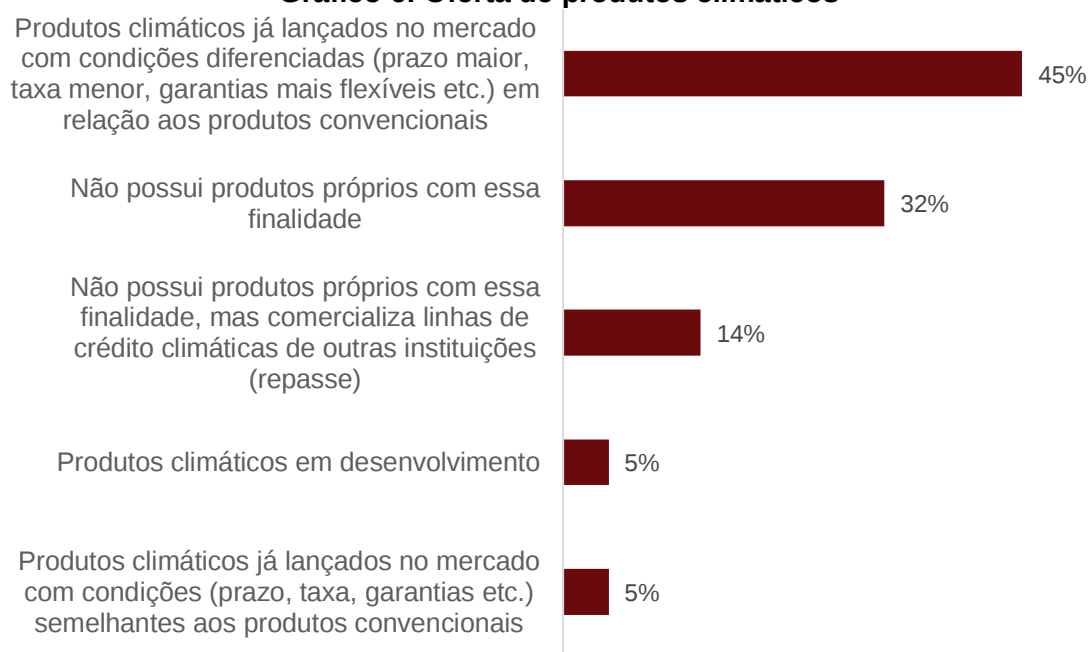
	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Atendemos apenas ao que requer a legislação vigente	0%	67%	33%	50%	0%
Falta de conhecimento técnico para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição	0%	0%	0%	50%	0%
Outros	0%	0%	33%	25%	50%
Restrições financeiras para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição	0%	0%	0%	33%	0%
Incertezas quanto ao posicionamento da alta administração	0%	0%	0%	8%	0%

Não se aplica	100%	33%	67%	8%	50%
---------------	------	-----	-----	----	-----

2.3 Caracterização dos produtos e serviços financeiros

Metade das instituições analisadas na amostra (11 de 22 instituições) indicaram oferecer produtos climáticos próprios. Desse grupo, 91% (10), isto é 45% da amostra, oferecem produtos próprios com condições diferenciadas em relação aos produtos convencionais. As que repassam linhas de crédito climáticas de outras instituições financeiras representam 14% (3) e 5% (1) estão com produtos próprios em desenvolvimento. Um percentual relevante das instituições (32% (7)) ainda não oferece produtos e serviços climáticos específicos com fundos próprios.

Gráfico 6: Oferta de produtos climáticos



Amostra: 22

Ao classificarmos produtos climáticos em próprios e de repasse, a análise mostra que a participação de produtos climáticos próprios nas carteiras de bancos comerciais permanece relevante. Já os bancos de desenvolvimento regional, apontam maior relevância de produtos de repasse.

No caso das agências de fomento (6) e os bancos cooperativos (1), metade destes possui produtos próprios com condições diferenciadas e condições semelhantes a produtos convencionais. A outra metade não oferece produtos próprios climáticos.

Tabela 7: Oferta de produtos climáticos por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Produtos climáticos já lançados no mercado com condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis etc.) em relação aos produtos convencionais	50%	67%	33%	50%	0%
Não possui produtos próprios com essa finalidade	0%	0%	0%	50%	50%
Não possui produtos próprios com essa finalidade, mas comercializa linhas de crédito climáticas de outras instituições (repasse)	0%	33%	67%	0%	0%
Produtos climáticos em desenvolvimento	50%	0%	0%	0%	0%
Produtos climáticos já lançados no mercado com condições (prazo, taxa, garantias etc.) semelhantes aos produtos convencionais	0%	0%	0%	0%	50%

Interessante notar que, apesar de indicar não possuir linhas de crédito rotuladas para combate à mudança do clima, 82% (18) declaram financiar setores e atividades econômicas de baixo carbono, indicando uma ação embrionária no sentido de incorporar questões climáticas em suas atividades. A motivação para essas ações parece surgir das oportunidades de mercado e de repasse de linhas de financiamento climáticas federais e internacionais. Dentre os setores/temas analisados, destaca-se energia solar, uma tecnologia já viabilizada internacionalmente, e eficiência energética cujos projetos possuem retorno mais curto comparados a outras tecnologias de combate ao aquecimento global.

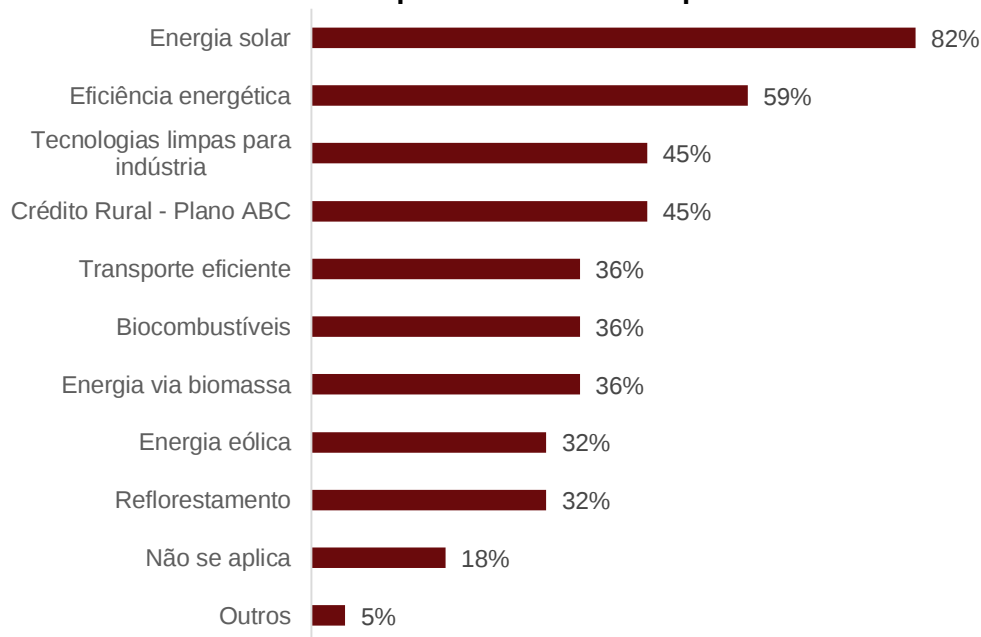
Temas agroflorestais receberam atenção relevante, com agricultura de baixo carbono (Plano ABC) e reflorestamento sendo mencionados por 45% (10) e 32% (7) das instituições, respectivamente. Fatores que estão impulsionando o financiamento a atividades de baixo carbono a taxas subsidiadas são: a importância da relação entre atividades rurais (em especial a pecuária) e o desmatamento; e o fato deste último ser historicamente o fator de maior contribuição no inventário de emissões de GEE do país.

Oferta de produtos financeiros no setor de tecnologias limpas para indústria também foram bastante mencionados (45% (10)). Este setor possui, por vezes, maior complexidade tecnológica e indica que a IFD possui capacidade técnica interna para avaliação de projetos em setores específicos.

Os setores relacionados a combustíveis e transporte eficiente surgiram em seguida com menção por 36% (8) das instituições. Troca de combustíveis, ônibus e taxis híbridos e elétricos, etanol de segunda geração e análise de outras fontes de energia como biomassa e biodiesel são exemplos de projetos financiados pelas IFDs da amostra.

A energia eólica ainda não alcançou o mesmo potencial de outras fontes energéticas na amostra, com 32% (7) das instituições apontando oferecer produtos, possivelmente pela necessidade de escala para atuar no segmento. Também foi mencionada uma linha específica com características de crédito facilitadas para municípios em calamidade pública, no âmbito de medidas de adaptação.

Gráfico 7: Oferta de produtos climáticos por setor/tema



Amostra: 22

Os produtos climáticos oferecidos (próprios e de repasse) atendem a uma gama extensa de setores/temas. As instituições de maior porte (bancos nacionais, subnacionais e regionais) atuam mais fortemente, especialmente em energia solar e crédito rural. Eficiência energética e tecnologias limpas para a indústria também possuem relevância na carteira desses segmentos, com pelo menos 67% (ao menos duas de cada segmento) das instituições oferecendo produtos e serviços a estes setores.

Reflorestamento e crédito rural é mais relevante na carteira de bancos subnacionais e regionais, enquanto que outras fontes de energia (exceto solar), biocombustíveis e transporte eficiente têm menor relevância nestas carteiras.

Interessante notar que bancos cooperativos têm oferta ampla de produtos em diversos temas/setores. Já as agências de fomento estão mais concentradas em oferecer crédito para projetos solares e eficiência energética.

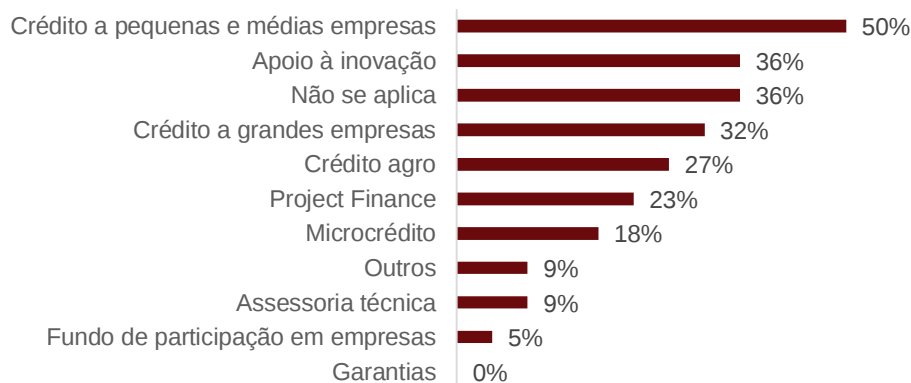
Tabela 8: Oferta de produtos climáticos por setor/tema por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Energia solar	100%	100%	100%	75%	50%
Eficiência energética	100%	67%	67%	50%	50%
Tecnologias limpas para indústria	100%	67%	67%	25%	50%
Crédito Rural - Plano ABC	50%	100%	100%	17%	50%
Transporte eficiente	100%	33%	33%	25%	50%
Biocombustíveis	100%	67%	33%	17%	50%
Energia via biomassa	100%	67%	33%	17%	50%
Energia eólica	100%	67%	33%	8%	50%
Reflorestamento	50%	67%	67%	8%	50%

Não se aplica	0%	0%	0%	25%	50%
Outros	0%	0%	0%	8%	0%

Dos tipos de produtos próprios vinculados a objetivos climáticos oferecidos pelas instituições financeiras, metade das instituições indica destiná-los a pequenas e médias empresas (PME). Vale notar que 91% (10) das IFDs que oferecem crédito à pequenas empresas também oferecem crédito para energia solar e 73% (8) para eficiência energética, podendo indicar que o segmento PME é atendido com linhas de crédito para projetos de mais fácil avaliação e implementação e tíquete médio mais baixo. Em relação ao apoio à inovação, metade das instituições que o oferecem fazem via linhas de crédito disponibilizadas pela FINEP.

Gráfico 8: Oferta de produtos climáticos próprios por tipo



Amostra: 22

Além de ofertar produtos para PME, os bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais e os bancos comerciais com carteira de desenvolvimento subnacional ou regional também concentram produtos e serviços próprios em crédito para empresas grandes e crédito agro. Os bancos nacionais e de desenvolvimento regionais se destacam em Project Finance. O apoio à inovação só não é oferecido por banco cooperativo.

A assistência técnica é somente oferecida por dois bancos, um nacional e outro de desenvolvimento regional. Os demais produtos são mais especializados, com menor atuação das instituições financeiras analisadas, como microcrédito e fundo de participação em empresas. Dentre os outros tipos de produtos apontados, destaca-se o crédito para municípios e consórcio sustentável para construção de casas e produtos eco-eficientes.

Tabela 9: Oferta de produtos climáticos próprios por tipo por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Crédito a pequenas e médias empresas	100%	67%	67%	42%	0%
Apoio à inovação	50%	67%	33%	33%	0%
Crédito a grandes empresas	100%	67%	33%	17%	0%
Crédito agro	100%	67%	33%	8%	0%
Project Finance	100%	0%	67%	8%	0%
Microcrédito	50%	33%	0%	17%	0%
Outros	0%	0%	0%	8%	50%
Assessoria técnica	50%	0%	33%	0%	0%
Fundo de participação em empresas	50%	0%	0%	0%	0%
Garantias	0%	0%	0%	0%	0%
Não se aplica	0%	33%	33%	42%	50%

No que se refere à oferta de condições diferenciadas para produtos climáticos (próprios e de repasse), mais da metade das instituições (12) apontaram oferecer prazos mais longos e metade (11) taxas mais baixas do que os produtos convencionais. Além disso, cerca de 41% (9) das instituições indicaram oferecer prazo de carência maior. Estas variáveis podem estar associadas às condições econômicas favoráveis de captação de fundos para estas linhas, tendo em vista que 80% (8) das que oferecem condições diferenciadas, captam recursos do BNDES, FINEP e/ou IFD internacional.

Flexibilidade de garantias obtiveram baixa menção das instituições e facilitação ao processo de aplicação para obtenção de produtos financeiros citada por somente uma instituição.

Serviços diferenciados, como assessoria para plano de negócios e menor prazo de análise e aprovação de crédito não são oferecidos por nenhuma instituição. Isto pode indicar que as instituições ainda não estão preparadas, em termos gerais, para avaliar e dar suporte técnico em projetos mais complexos que exijam maior análise. Um patamar superior de incorporação de questões climáticas seria oferecer suporte técnico para empresas na determinação de suas linhas de base de emissões de gases de efeito estufa.

Gráfico 9: Condições diferenciadas oferecidas em produtos climáticos próprios



Amostra: 22

Os bancos nacionais e regionais se destacam na disponibilização de prazos maiores e taxas mais atrativas para o cliente. As agências de fomento, por sua vez se concentram em oferta de prazos de financiamento e carência maiores. Cabe mencionar que 32% da amostra indicou não oferecer nenhum desses benefícios e/ou produtos.²

Tabela 10: Condições diferenciadas oferecidas em produtos climáticos próprios por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Prazo maior	100%	67%	100%	42%	0%
Taxas mais baixas	100%	67%	100%	33%	0%

² Dentre os outros, foi indicado também um spread médio mais baixo.

Carência maior	50%	67%	33%	42%	0%
Outros	0%	33%	33%	0%	50% ³
Flexibilidade de garantias	50%	0%	33%	0%	0%
Atendimento ao cliente especializado/ Facilitação ao processo de aplicação	50%	0%	0%	0%	0%
Assessoria para plano de negócios	0%	0%	0%	0%	0%
Prazo de análise e aprovação menor	0%	0%	0%	0%	0%
Não se aplica	0%	0%	0%	50%	50%

Dentre as fontes de captação para produtos climáticos que são repassados de outras instituições, destacam-se as linhas de crédito do BNDES, mencionadas por metade das instituições, seguidas das linhas da FINEP e fundos federais (como os fundos constitucionais, FGTS), ambos mencionados por 27% (6) das instituições. Isso reflete o forte papel do BNDES em promover a agenda climática junto a outras instituições financeiras no país, especialmente entre as instituições subnacionais e regionais.

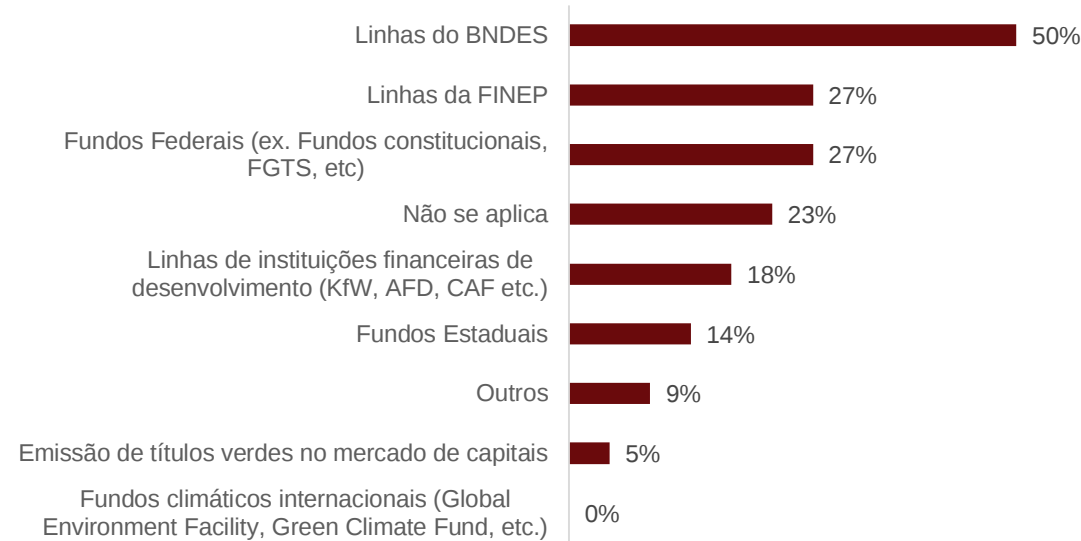
Interessante destacar que fontes de captação internacionais, como as instituições financeiras de desenvolvimento KfW, AFD, CAF, mencionadas por 18% (4) das instituições, indicam um movimento de maior diversificação de fontes de recursos para produtos climáticos. Os bancos de desenvolvimento regionais também recebem suporte de IFDs internacionais e multilaterais, muitas vezes fornecendo as condições mais atrativas para produtos climáticos ofertados, além dos fundos estaduais. No entanto, oportunidades junto aos fundos climáticos internacionais, como o Global Environment Facility e o Green Climate Fund não são utilizados ainda pelas instituições.

Um dos respondentes de atuação em âmbito nacional indicou a emissão de títulos verdes como uma das formas de financiar suas linhas climáticas, oportunidade ainda não aproveitada por qualquer outra IFD da amostra. Finalmente, cabe citar que 9% (2)

³ Um banco cooperativo indicou não oferecer nenhum diferencial em seus produtos próprios, apenas mencionou que a finalidade do mesmo era climática.

das instituições não acessam as fontes citadas acima, utilizando recursos próprios para suas linhas de produtos climáticos (citados na opção “outros”).

Gráfico 10: Fontes de captação/repasso para oferta de produtos climáticos



Amostra: 22

Os bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais contam fortemente com fundos federais para ofertar produtos climáticos. Os de desenvolvimento regional se destacam também obtendo linhas de instituições financeiras internacionais/multilaterais. Já as agências de fomento possuem fontes mais diversificadas, incluindo as linhas nacionais (FINEP e BNDES), fundos federais, fundos estaduais, além dos recursos próprios (outros). Os bancos cooperativos, por sua vez, concentram-se em fundos do BNDES.

Tabela 11: Fontes de captação/repasso para oferta de produtos climáticos por segmento

	Banco Comercial e de Desenvolvimento Nacional (2)	Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Agência de Fomento (12)	Banco Cooperativo (2)
Linhas do BNDES	50%	67%	100%	33%	50%
Linhas da FINEP	0%	67%	0%	33%	0%

Fundos Federais (ex. Fundos constitucionais, FGTS, etc)	100%	100%	0%	8%	0%
Linhas de instituições financeiras de desenvolvimento (KfW, AFD, CAF etc.)	100%	0%	67%	0%	0%
Fundos Estaduais	0%	0%	33%	17%	0%
Outros	0%	0%	0%	17%	0%
Emissão de títulos verdes no mercado de capitais	50%	0%	0%	0%	0%
Fundos climáticos internacionais (Global Environment Facility, Green Climate Fund, etc.)	0%	0%	0%	0%	0%
Não se aplica	0%	0%	0%	33%	50%

As instituições que não possuem produtos climáticos, apenas agências de fomento e bancos cooperativos, indicaram que os fatores mais relevantes para impulsionar o desenvolvimento destes produtos são:

- (a) Nova base regulatória, indicando um nível de pró-atividade baixo em relação à incorporação de objetivos climáticos e dependência de regulamentação efetiva destas questões regional e nacionalmente;
- (b) Avaliação financeira interna, indicando que o processo de aprovação de novas linhas poderia dar maior prioridade a questões climáticas;

Outros fatores podem ser conferidos na Tabela 13.

Tabela 12: Grau de relevância de fatores necessários para o desenvolvimento de produtos climáticos

Fatores Necessários	Muito alta	Alta	Média	Baixa	Muito baixa
Aprovação da alta gestão	57%	14%	0%	0%	29%
Avaliação financeira interna	43%	29%	0%	0%	29%
Desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações	29%	29%	14%	0%	29%
Apoio técnico socioambiental externo	29%	29%	14%	0%	29%
Custo de captação diferenciado	29%	29%	14%	14%	14%
Nova base regulatória	71%	14%	0%	0%	14%
Outros	14%	0%	0%	0%	86%

Amostra: 7

As agências de fomento indicaram que o fator mais relevante é a construção de uma nova base regulatória para o desenvolvimento de produtos específicos, em seguida fatores externos, como a aprovação da alta gestão e avaliação financeira interna.

Já o banco cooperativo que não possui produtos climáticos apontou que a totalidade dessas variáveis é de extrema relevância e que é necessária demanda das cooperativas para sua implementação (outros).

Tabela 13: Grau de relevância de fatores necessários para o desenvolvimento de produtos climáticos

Fatores necessários	Agência de Fomento (6)			Banco Cooperativo (1)		
	Muito alta e Alta	Média	Baixa e Muito baixa	Muito alta e Alta	Média	Baixa e Muito baixa
Aprovação da alta gestão	67%	0%	33%	100%	0%	0%
Avaliação financeira interna	67%	0%	33%	100%	0%	0%
Desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações	50%	17%	33%	100%	0%	0%
Apoio técnico socioambiental externo	50%	17%	33%	100%	0%	0%
Custo de captação diferenciado	50%	17%	33%	100%	0%	0%
Nova base regulatória	83%	0%	17%	100%	0%	0%
Outros	0%	0%	100%	100%	0%	0%

2.4 O papel das instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais

Mais de 3/4 (17) das instituições indicou que condições de captação diferenciadas para produtos climáticos através de instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais possuem alta ou muito alta relevância no desenvolvimento de novos produtos climáticos. Em seguida, recursos não reembolsáveis e linhas de crédito específicas (ambos com 68% (15) de menção) e fornecimento de garantias (64% (14) das menções). Isso reforça a análise apresentada anteriormente referente às condições diferenciadas oferecidas para os produtos climáticos, indicando que os fatores econômicos são os mais relevantes para prover produtos climáticos.

A relevância da assessoria técnica varia mais ao longo da amostra, com concentração em média a alta relevância. As agências de fomento compõem cerca de 67% (8) das instituições que indicaram a assessoria como alta a muito alta relevância. Além disso, 50% (6) dessas instituições reportou não possuir produtos próprios, indicando a necessidade de uma capacitação inicial para definição de uma estratégia climática estruturada.

A oferta de hedge de juros e de moeda em operações de crédito por parte de instituições internacionais/multilaterais já apresenta menor relevância em relação aos demais temas, com 45% (10) de relevância alta e muito alta especialmente para instituições de maior porte (bancos nacionais e regionais), que captam com instituições internacionais/multilaterais.

Outros fatores apontados como relevantes incluem capacitação e casos de sucesso, o que está alinhado ao objetivo deste projeto entre o FCO e a ABDE. Por fim, é também mencionada a necessidade de flexibilização das normas de captação para as agências de fomento, através da habilitação da captação de recursos de finanças verdes por meio de mecanismo semelhante aos Depósitos Interfinanceiros de Microcrédito - DIM, conforme proposta apresentada ao Laboratório de Inovação Financeira, liderado pela ABDE, BID e CVM.

Tabela 14: Grau de relevância de fatores de fomento por parte de instituições internacionais e multilaterais

Fatores de Fomento	Muito alta	Alta	Média	Baixa	Muito baixa
Assessoria técnica	32%	23%	32%	5%	9%
Condições de captação diferenciadas para produtos climáticos	64%	14%	9%	0%	14%
Garantias para emissão de títulos de dívida	27%	36%	14%	5%	18%
Recursos não-reembolsáveis (grants)	45%	23%	9%	5%	18%
Hedge de juros e de moeda em operações de crédito	23%	23%	18%	9%	27%
Novas linhas de crédito climáticas com foco em setores-chave na NDC brasileira	32%	36%	18%	5%	9%
Outros	5%	0%	0%	9%	86%

Amostra: 22

2.5 O papel da ABDE

A fim de aprimorar a ação da ABDE junto a seus membros no que se refere a implementação de políticas e estratégias climáticas, estes últimos indicaram que as iniciativas prioritárias devem estar relacionadas à liderança de diálogos com instituições governamentais, congresso, ministérios e setor privado para melhorar as condições de entorno.

Tabela 15: Grau de relevância de formas de atuação da ABDE em relação a estratégias climáticas dos seus membros

Atuação da ABDE	Muito alta	Alta	Média	Baixa	Muito baixa
Treinamento e cases de sucesso	23%	27%	23%	18%	9%
Sensibilização da alta gestão	41%	18%	18%	5%	18%
Liderar diálogos com setor privado para capturar oportunidades de investimento pelos membros da ABDE em projetos e ativos climáticos associados à NDC brasileira	41%	23%	27%	5%	5%
Liderar diálogos com instituições governamentais e Congresso Nacional para novas regulamentações específicas para produtos diferenciados ou setores com benefícios climáticos	55%	23%	14%	0%	9%
Liderar diálogos com governo federal/ministérios para alinhamento das metas de desenvolvimento locais com a NDC brasileira	45%	23%	14%	5%	14%
Outros	14%	5%	5%	5%	73%

Amostra: 22

Neste sentido, nota-se que os dois principais tipos de ação apontados, especialmente pelos bancos, se relacionam com o fato de as instituições analisadas terem demonstrado que uma nova base regulatória seria o fator mais relevante para o desenvolvimento de produtos climáticos, sendo fundamental o papel de *advocacy* da ABDE junto aos poderes Executivo e Legislativo. Algumas das instituições analisadas indicaram que as suas ações estratégicas estão fortemente relacionadas às políticas estabelecidas para as regiões onde atuam, o que confere uma velocidade de implantação de ações climáticas semelhante à velocidade de incorporação de metas climáticas regionais, ainda em desenvolvimento no Brasil.

Já a liderança de diálogos com o setor privado é apontada por 75% (9) das agências de fomento como fator de alta ou muito alta relevância, indicando que estas estão voltadas para capturar oportunidades de mercado para adequar seus produtos e serviços às demandas deste.

A sensibilização da alta gestão e treinamento e casos de sucesso são vistos como de alta ou muito alta relevância para 67% (8) das agências de fomento. Já para as instituições que são bancos, estes dois fatores são valorizados fortemente por 50% e 30% desses, respectivamente.

Alguns comentários adicionais apontam para a oportunidade de formação de convênios e parcerias e também para o desenvolvimento de um estudo conjunto, diminuindo os custos para as agências de porte menor. Além destes fatores, a facilitação de acesso a fundos foi mencionada como outro fator de alta relevância.

3 Benchmark Internacional

A pesquisa de benchmark foi efetuada através de entrevistas com IFDs latino-americanas e pesquisa de informações disponíveis publicamente nos websites e fontes secundárias. Importante notar que a pesquisa de fontes disponíveis publicamente indica o grau de transparência das instituições quanto a questões climáticas. A seguir são apresentadas as análises consolidadas da pesquisa e das entrevistas.

3.1 Posicionamento das IFDs frente às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC)

A pesquisa de informações disponíveis ao público indicou que 33% das IFDs latino-americanas da amostra incorporam o tema de mudança do clima em política socioambiental geral e que 67% não possuem ou não declaram publicamente possuir política sobre o tema.

A partir de entrevistas, foi verificado que esses percentuais aumentam, com 50% das instituições com questões climáticas incorporadas em política socioambiental geral e 17% com política e/ou plano de ação climático em desenvolvimento. Neste sentido, uma maior divulgação destas ações ainda não se concretizou de forma uniforme entre as instituições, devido, supõe-se, ao diferente grau de maturidade do tema nas organizações.

Cerca de 72% das instituições entrevistadas apontaram que possuem ou estão implementando gestão de riscos climáticos em suas carteiras de produtos, especialmente vinculados ao SARAS (Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais). Esta prática de implementação de SARAS vem sendo difundida a partir das determinações de IFDs multilaterais, principalmente. No Brasil, no entanto, a motivação mais forte advém da regulamentação (CMN 4327/2014 e CMN 4557/2017).

Três das sete instituições entrevistadas (43%) indicaram um maior nível de incorporação do tema em termos estratégicos nas instituições, apontando que, além da gestão de riscos:

- Reportam emissões de gases de efeito estufa (GEE) da sua carteira de produtos, indicando maior transparência sobre sua atuação;
- Adotam metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, indicando que possuem forte compromisso com o combate à mudança do clima;
- Conduzem mapeamento de oportunidades climáticas, indicando que alinham o desenvolvimento de produtos e serviços com uma economia de baixo carbono.

Vale ressaltar que uma destas instituições possui mapeamento de vulnerabilidade e comentou que passarão a determinar que clientes tenham meios de controle de riscos associados à mudança o clima. Outra indicou ainda utilizar cenários climáticos e análises de sensibilidade para calcular impactos na sua carteira de crédito.

Também demonstrando maior sofisticação nas análises de riscos climáticos, duas instituições indicaram utilizar metodologia de risco climático em análise de risco de crédito. Somente uma instituição entrevistada não possui estratégia específica, metodologias para avaliação de impactos climáticos ou metas de redução de emissões de GEE. Outra instituição possui plano de ação e metas climáticas ainda em desenvolvimento.

A maioria das instituições (72%) indicou tratar do tema de mudança do clima em pauta junto à Diretoria Executiva ou Conselho de Administração, tendo duas (29%) destas também indicado possuir metas de desempenho associadas a mudança do clima para alta administração e para gestores de negócios e operacionais.

Destaca-se que 100% das instituições pesquisadas oferecem produtos associados à mudança do clima. Os produtos se concentram em linhas de financiamento, principalmente destinados a projetos de eficiência energética e de energias renováveis. Isto está associado ao fato de que todas as instituições pesquisadas obtêm recursos de instituições de desenvolvimento internacionais/multilaterais, que oferecem recursos para o combate às mudanças do clima, através de linhas de financiamento específicas.

3.2 Caracterização dos produtos e serviços financeiros

A maioria das instituições entrevistadas (72%) atua somente com operações indiretas. As demais atuam com operações diretas e indiretas. Dentre os tipos de produtos e serviços oferecidos, destaca-se o crédito para pequenas e médias empresas (72%), o crédito agrícola e florestal (57%) e assessoramento técnico (57%). Neste sentido, vale mencionar que uma das instituições entrevistadas indicou dar assessoramento para cálculo de linha de base para emissões de gases de efeito estufa de projetos dos clientes.

Outros tipos de produtos também foram mencionados, como crédito imobiliário (43%), Project Finance e crédito para grandes empresas (43%), garantias (uma instituição), investimentos em empresas (uma instituição), microfinanças e apoio à inovação (uma instituição) e crédito para projetos florestais (uma instituição).

Dos setores comentados nas entrevistas, destacam-se o de energia, onde eficiência energética e energias renováveis (biomassa, solar e pequenas hidrelétricas) se sobressaem, assim como o florestal. Vale destacar uma iniciativa de uma das instituições entrevistadas para o setor florestal: o desenvolvimento de um produto que fornece um prazo de carência de sete anos para empreendimentos florestais, acompanhando o período de maturidade da espécie plantada.

Em relação à oferta de produtos climáticos com condições diferenciadas dos produtos convencionais, 100% das instituições entrevistadas indicaram oferecer ao menos uma vantagem:

- Prazo maior (86%)
- Taxa menor para o intermediário ou cliente final ou reembolso de taxa (72%)
- Assessoramento para plano de negócios (29%)
- Maior prazo de carência (uma instituição)
- Flexibilidade de garantias (uma instituição)
- Atenção especializada ao cliente/facilitação ao processo de aplicação (uma instituição)

Neste caso, vale destacar que uma das instituições fornece o benefício de reembolsar 1% da taxa de juros oferecida pelo banco intermediário para o cliente final.

No que concerne às fontes de captação das instituições entrevistadas, estas são bastante diversificadas em toda a amostra e demonstram uma maior exposição das instituições a oportunidades de captação:

- Linhas de instituições financeiras internacionais e multilaterais (100%)
- Emissão de títulos verdes ou sustentáveis (72%)

- Fundos climáticos internacionais (43%)
- Fundos governamentais (43%)

As instituições financeiras multilaterais têm forte papel junto a essas instituições latino-americanas, inclusive na emissão de títulos verdes com subscrição pelo BID Invest, braço de investimentos privados do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O acesso ao mercado de capitais via emissões de títulos verdes têm sido um avanço importante para a agenda climática dessas instituições.

3.3 O papel das instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais

De acordo com as entrevistas efetuadas, quase todas as instituições indicaram que assessoria técnica seria um fator relevante para auxiliar no desenvolvimento de produtos climáticos:

- Assessoria técnica (86%)
- Recursos não-reembolsáveis (72%)
- Condições de captação diferenciadas para produtos climáticos (43%)
- Garantias para emissão de títulos de dívida (29%)
- Hedge de juros e de moeda em operações de crédito (29%)
- Novas linhas de crédito climáticas com foco em setores-chaves da NDC (29%)

Outros fatores apontados foram o fomento à importação de novas tecnologias para combate à mudança do clima (apontado por uma instituição), a simplificação de cadastros e reportes, assim como uma definição uniforme de indicadores de forma a harmonizar os diversos modelos e solicitações que cada instituição financeira de desenvolvimento internacional ou multilateral requer, também permitindo flexibilidade para adequar à situação dos bancos (apontado por uma instituição).

3.4 O papel das associações e melhorias no ambiente legal e institucional

As instituições entrevistadas também foram solicitadas a sugerir ações que pudessem melhorar o ambiente legal e institucional em relação às questões climáticas, as quais pudessem permitir o desenvolvimento de novos produtos climáticos. Os seguintes pontos foram levantados, ressaltando-se as dificuldades no âmbito regulatório para avanço do tema nos respectivos países analisados:

- Melhorar e ampliar os diálogos com governo para desenvolver novas regulações, especialmente junto ao Departamento Nacional de Planejamento;
- Dado que o mercado local ainda não tem confiança neste segmento e as decisões ainda não estão arraigadas nas direções das empresas, destaca-se a importância de apresentar mecanismos para convencer o mercado da importância do tema, ampliando a conscientização de bancos intermediários para que entendam compromissos para sustentar tecnologias mais caras;
- Nota-se localmente uma desconexão de diálogo entre o setor privado e público, onde falta conhecimento técnico para avaliação e estruturação de projetos; a sugestão é envolver o investidor privado em projetos que envolvam tecnologias mais complexas enquanto o setor público focaliza em projetos de "prateleira";
- Em termos gerais, o marco legal está fraco e incipiente localmente; sugere-se que seja formada uma mesa de discussão para trocar lições aprendidas e aproveitar o que já foi desenvolvido por outras instituições na América Latina;

- Ações como estabelecimento de diálogos com setores privado e público devem ser executadas conjuntamente, alinhando regulações novas com políticas nacionais e entendendo melhor as necessidades do setor privado (clientes);
- Outras sugestões incluem: capacitação via associações como ALIDE, por exemplo, para questões técnicas; atuar junto ao ambiente legal no controle de cumprimento de leis e anticorrupção; atuar junto a instituições financeiras (intermediários), trazendo consciência da questão climática.

4 Conclusões e Recomendações

A pesquisa e benchmark indicam que o avanço da incorporação de questões climáticas em política, estratégia e governança estão em certa medida associados ao porte e complexidade organizacional das instituições analisadas.

Os bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais e bancos comerciais com carteira de desenvolvimento subnacional ou regional se destacam neste sentido, inclusive com 67% a 100% destas instituições oferecendo produtos climáticos. Vale destacar, no entanto, que de acordo com a análise de benchmark, há oportunidade para melhorias em todos os fatores relacionados a política, estratégia e governança, abordando o tema de forma integrada. As agências de fomento e os bancos cooperativos apresentaram um nível inferior de aderência a estas questões, com algumas exceções principalmente nas regiões sul e sudeste.

Análises climáticas mais detalhadas, como o mapeamento de oportunidades climáticas, gestão de riscos, análise de impactos climáticos no planejamento estratégico, utilização de cenários climáticos e cálculo de impacto em termos financeiros ainda são pouco difundidas nas IFDs brasileiras, em comparação com as instituições internacionais. Neste sentido, destaca-se também a falta de conhecimento técnico e restrições financeiras para implementação de ferramentas e análises mais detalhadas por parte das instituições de menor porte. Ainda que possa haver um viés de amostra no benchmark internacional, por termos selecionado 1-2 IFDs mais avançadas por país, seus resultados apontam caminhos já trilhados e de sucesso que podem inspirar as IFDs nacionais.

O comprometimento com reporte e redução de gases de efeito estufa ainda é muito baixo, dado que estas instituições são balizadoras do desenvolvimento no país e referência para entidades de menor porte e locais. Neste sentido a criação de metas para gestores é passo importante para concretizar um maior comprometimento da instituição com o tema.

Outro ponto a destacar é que muitas instituições seguem a legislação vigente no tema, ainda pouco desenvolvida no país. Inclusive, é indicado, pelas instituições que não possuem produtos climáticos, que uma nova base regulatória sobre o tema é o fator mais relevante para o desenvolvimento destes novos produtos.

Por outro lado, o crescimento do tema nas instituições é mais forte via forças de mercado que indicam as oportunidades de negócios em novas tecnologias e impulsionam a criação de produtos climáticos, especialmente tecnologias mais consolidadas no mercado, como por exemplo energia solar, e de retorno de investimento mais rápido, como projetos de eficiência energética.

Neste sentido, metade das instituições brasileiras possuem produtos próprios para atender objetivos de redução de GEE e adaptação à mudança do clima e cerca de 68% disponibiliza produtos climáticos próprios ou de repasse. O potencial para oferta por parte de 100% das instituições passa pelas questões de capacitação e disponibilidade de recursos apontadas acima.

Em relação às características dos produtos climáticos, 59% das instituições oferece condições diferenciadas em relação aos produtos convencionais, especialmente prazos maiores, taxas mais baixas, em linha com o que oferecem IFDs internacionais. Vale mencionar que assessoria técnica e flexibilização de garantias são vantagens que estas

instituições oferecem que podem ser adotados com maior frequência pelas instituições brasileiras, mudando o mix de atratividade hoje oferecido aos clientes finais.

No que diz respeito às fontes de captação para disponibilizar produtos climáticos no mercado, nota-se a forte participação do BNDES e da FINEP para o fomento do tema junto às demais instituições brasileiras. As linhas de financiamento de instituições financeiras internacionais também vêm ganhando espaço, principalmente junto aos bancos de desenvolvimento regional.

Uma fonte potencial não utilizada pelas instituições brasileiras são os fundos climáticos internacionais, já acessados pelas instituições latino-americanas. A emissão de títulos verdes, por sua vez, é uma oportunidade a ser avaliada pelas instituições financeiras brasileiras que traz maior visibilidade e comprometimento da questão climática junto a partes interessadas, especialmente investidores.

Neste sentido, as instituições brasileiras indicaram que as IFDs internacionais e multilaterais poderiam auxiliar a expandir a oferta de produtos climáticos através de incentivos econômicos, principalmente fontes de captação com condições diferenciadas e recursos não-reembolsáveis para assessoria técnica ou compartilhamento riscos (“blended finance”). Já a análise de benchmark indica que a assessoria técnica é valorizada por mais instituições latino-americanas entrevistadas. Isto pode indicar que as IFDs internacionais estejam em um momento de sofisticar as suas análises internas, já que possuem política, estratégia e governança mais consolidados que as instituições brasileiras.

Como será apresentado em maior detalhe nas seções seguintes, uma série de melhorias podem ser implementadas pelas instituições financeiras de desenvolvimento brasileiras para a efetiva incorporação do tema da mudança do clima em suas estratégias e atividades. Neste contexto, vale destacar, em primeiro lugar, a necessidade de compartilhamento de experiências e capacitação focalizada para cada segmento dos membros da ABDE, tendo esta última um papel fundamental para atingimento de uma maior harmonização de conceitos e práticas associadas à mudança do clima entre seus membros.

Considera-se que, devido ao porte e amplitude de atuação, cada segmento de membros da ABDE pode seguir gradativamente diferentes etapas para alcançar uma posição de liderança no que diz respeito à mudança do clima.

Um estágio inicial indica que a instituição já desenvolveu uma política corporativa para o combate à mudança do clima, divulgando a mesma publicamente, porém ainda não implementou ações efetivas ou coordenadas.

Um estágio intermediário indica que a instituição já está implementando sua política e determinou plano de ação, com as seguintes práticas:

- Inventário e reporte de emissões GEE de pelo menos escopos 1 e 2: escritórios, viagens, consumo de energia, entre outros;
- Oferecer produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima;
- Determinação de linha de base de emissões de GEE na carteira de crédito: no mínimo para emissões de linhas “verdes”;
- Estabelecimento de metas de desempenho para alta administração e gestores de áreas de negócios e operacionais relacionadas ao combate à mudança do clima;
- Incorporação do tema de mudança do clima em planejamento estratégico.

O estágio em que se encontram algumas das IFDs latino-americanas aponta para a incorporação de análises mais sofisticadas, maiores compromissos e fontes de financiamento diversificadas e mais complexas:

- Oferecer produtos próprios com condições diferenciadas;
- Gestão de risco climático na carteira de crédito;
- Análise de vulnerabilidade climática na carteira de crédito;
- Determinação de linha de base de emissões de GEE para a carteira de crédito cujo risco climático seja alto, como nos setores industrial e extrativista, por exemplo;
- Estabelecimento de metas de redução de gases de efeito estufa para as carteiras de crédito;
- Captar recursos de IFDs internacionais e/ou multilaterais, fundos climáticos internacionais e emissões de títulos verdes.

De acordo com a amostra analisada, apresentamos abaixo a classificação dos segmentos de Membros da ABDE em diferentes estágios, de forma que cada instituição possa escalonar ações necessárias para atingir a excelência em finanças climáticas. O atingimento de cada estágio é medido em função do percentual de instituições que incorporaram as ações mencionadas acima, onde “atingido” significa que pelo menos 90% das instituições alcançaram este estágio.

Tabela 16: Classificação dos segmentos da ABDE por estágio

	Estágio Inicial⁴	Estágio Intermediário	Estágio Avançado
Bancos Comerciais e de Desenvolvimento Nacionais (2)	Atingido	Não atingido	Não atingido
Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional (3)	Parcialmente atingido	Não atingido	Não atingido
Banco de Desenvolvimento Regional (3)	Parcialmente atingido	Não atingido	Não atingido
Agência de Fomento (12)	Parcialmente atingido	Não atingido	Não atingido
Banco Cooperativo (2)	Atingido	Não atingido	Não atingido

As IFDs brasileiras, de forma geral, ainda estão aquém do seu potencial em termos de estratégia climática e em relação às IFDs latino-americanas. Nota-se que a incorporação de forma mais integrada de questões climáticas pode e deve ser realizada por estas instituições, incluindo o desenvolvimento de análises mais sofisticadas.

⁴ Considera implementação de política climática específica, plano de ação climático ou questões climáticas incorporadas em políticas socioambientais.

4.1 Recomendações para IFDs brasileiras

A fim de atingir cada estágio apresentado acima, sugere-se que as instituições analisadas implementem as ações apresentadas a seguir conforme grau de complexidade e horizonte de implementação, onde curto prazo consiste em 1 ano, médio prazo (2 a 3 anos) e longo prazo (4 a 5 anos).

Bancos Comerciais e de Desenvolvimento Nacionais

Este segmento é o que apresenta maior nível de incorporação de questões climáticas dentre as IFDs brasileiras. Considerando a amplitude de atuação destas instituições, propõe-se a implementação de ações predominantemente em prazos curto e médio.

Tabela 17: Recomendações aos Bancos Comerciais e de Desenvolvimento Nacionais

ESTÁGIO	PRÁTICA	COMPLEXIDADE	HORIZONTE
1	Política corporativa para o combate à mudança do clima divulgada publicamente	-	-
2	Inventário e reporte de emissões de GEE de pelo menos escopo 1 e 2: escritórios, viagens, consumo de energia, entre outros	-	-
2	Oferecimento de produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima	-	-
2	Determinação de linha de base de emissões de GEE na carteira de crédito: no mínimo para emissões de linhas "verdes"	Alta	Curto prazo
2	Estabelecimento de metas de desempenho para alta administração e gestores de áreas de negócios e operacionais relacionadas ao combate à mudança do clima	Média	Curto prazo
2	Incorporação do tema de mudança do clima em planejamento estratégico	Média	Curto Prazo
3	Oferecimento de produtos próprios com condições diferenciadas	-	-
3	Gestão de risco climático na carteira de crédito	Alta	Médio prazo
3	Análise de vulnerabilidade climática na carteira de crédito	Alta	Médio prazo
3	Determinação de linha de base de emissões de GEE para a carteira de crédito cujo risco climático seja alto, como nos setores industrial e extrativista, por exemplo	Alta	Longo prazo
3	Estabelecimento de metas de redução de gases de efeito estufa para as carteiras de crédito	Alta	Médio prazo
3	Captação de recursos de IFDs internacionais e/ou multilaterais, fundos climáticos internacionais e emissões de títulos verdes	Média	Curto prazo
3	Participação na TCFD junto à Febraban	Média	Curto prazo
3	Recomendação de adesão à compromissos voluntários de reporte (como CDP e GHG Protocol) para clientes com maior sensibilidade e impacto climáticos	Baixa	Médio Prazo

Além das atividades listadas na pesquisa, outro fator relevante é a participação em iniciativas internacionais como a Força tarefa sobre Divulgações Financeiras - TCFD (Task-Force on Climate Financial Disclosure), iniciativa do Financial Stability Board – FSB, lançada em junho de 2017. Esta publicou um relatório de recomendações

consolidado para divulgações financeiras voluntárias relacionadas à mudança do clima, que pretendem ser consistentes, comparáveis, confiáveis, claras e eficientes, assim como dar informações úteis para decisões por investidores, seguradoras e credores. As recomendações da TCFD suportam o desenvolvimento não somente de um framework de divulgação de informações, mas também como guia para integração das questões climáticas aos processos e estratégias das organizações. A Febraban está apoiando esta iniciativa no Brasil e auxiliando na implementação desta entre seus membros.

Adicionalmente, sugere-se que as instituições financeiras recomendem a adesão a compromissos voluntários de reporte para clientes com maior sensibilidade e impacto climáticos, como o Carbon Disclosure Project e GHG Protocol.

Também se recomenda a participação ativa via ABDE em treinamentos de níveis intermediário e avançado, conforme sugeridos na próxima seção, e no compartilhamento de informações, experiências e contribuições em *white papers*.

Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional

Para os bancos de atuação subnacional ou regional, destaca-se, primeiramente, a necessidade de se estabelecer uma melhor governança interna em relação às questões climáticas, trazendo esta para pauta no Conselho de Administração e/ou na Diretoria Executiva, assim como a adoção de política climática e disponibilização desta de forma pública e reporte de inventário de gases de efeito estufa (GEE) para a instituição. Em seguida, sugere-se a adoção de práticas de maior complexidade.

Tabela 18: Recomendações aos Bancos Comerciais com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional

ESTÁGIO	PRÁTICA	COMPLEXIDADE	HORIZONTE
1	Política corporativa para o combate à mudança do clima divulgada publicamente	Baixa	Curto prazo
2	Inventário e reporte de emissões de GEE de pelo menos escopo 1 e 2: escritórios, viagens, consumo de energia, entre outros	Baixa	Curto prazo
2	Oferecimento de produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima	Média	Curto prazo
2	Determinação de linha de base de emissões de GEE na carteira de crédito: no mínimo para emissões de linhas “verdes”	Baixa	Curto prazo
2	Estabelecimento de metas de desempenho para alta administração e gestores de áreas de negócios e operacionais relacionadas ao combate à mudança do clima	Média	Curto prazo
2	Incorporação do tema de mudança do clima em planejamento estratégico	Média	Curto Prazo
3	Oferecimento de produtos próprios com condições diferenciadas	Média a alta*	Médio prazo
3	Gestão de risco climático na carteira de crédito	Alta	Médio prazo
3	Análise de vulnerabilidade climática na carteira de crédito	Média	Médio prazo
3	Determinação de linha de base de emissões de GEE para a carteira de crédito cujo risco climático seja alto, como nos setores industrial e extrativista, por exemplo	Média	Longo prazo
3	Estabelecimento de metas de redução de gases de efeito estufa para as carteiras de crédito	Alta	Longo prazo

3	Captação de recursos de IFDs internacionais e/ou multilaterais, fundos climáticos internacionais e emissões de títulos verdes	Média	Médio prazo
3	Recomendação de adesão à compromissos voluntários de reporte (como CDP e GHG Protocol) para clientes com maior sensibilidade e impacto climáticos	Baixa	Médio Prazo

*Conforme viabilidade de obtenção de fontes de captação em condições diferenciadas.

Também se recomenda a participação ativa via ABDE em treinamentos de níveis básico, intermediário e avançado, conforme apresentados na próxima seção, e no compartilhamento de informações, experiências e contribuições em *white papers*.

Banco de Desenvolvimento Regional

Da mesma forma que no segmento apresentado acima, os bancos de desenvolvimento regional necessitam aprimorar a governança interna de questões climáticas, endereçá-las em política socioambiental ou específica e reportar emissões de GEE da instituição. Um diferencial deste segmento é a oferta de produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima por 100% das instituições analisadas, sendo uma próxima etapa, garantir condições diferenciadas para estes produtos.

Tabela 19: Recomendações aos Bancos de Desenvolvimento Regional

ESTÁGIO	PRÁTICA	COMPLEXIDADE	HORIZONTE
1	Política corporativa para o combate à mudança do clima divulgada publicamente	Baixa	Curto prazo
2	Inventário e reporte de emissões de GEE de pelo menos escopo 1 e 2: escritórios, viagens, consumo de energia, entre outros	Baixa	Curto prazo
2	Oferecimento de produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima	-	-
2	Determinação de linha de base de emissões de GEE na carteira de crédito: no mínimo para emissões de linhas "verdes"	Baixa	Curto prazo
2	Estabelecimento de metas de desempenho para alta administração e gestores de áreas de negócios e operacionais relacionadas ao combate à mudança do clima	Média	Curto prazo
2	Incorporação do tema de mudança do clima em planejamento estratégico	Média	Curto Prazo
3	Oferecimento de produtos próprios com condições diferenciadas	Média a alta*	Médio prazo
3	Gestão de risco climático na carteira de crédito	Alta	Médio prazo
3	Análise de vulnerabilidade climática na carteira de crédito	Média	Médio prazo
3	Determinação de linha de base de emissões de GEE para a carteira de crédito cujo risco climático seja alto, como nos setores industrial e extrativista, por exemplo	Média	Longo prazo
3	Estabelecimento de metas de redução de gases de efeito estufa para as carteiras de crédito	Alta	Longo prazo
3	Captação de recursos de IFDs internacionais e/ou multilaterais, fundos climáticos internacionais e emissões de títulos verdes	Média	Médio prazo
3	Recomendação de adesão à compromissos voluntários de reporte (como CDP e GHG Protocol) para clientes com maior sensibilidade e impacto climáticos	Baixa	Médio Prazo

*Conforme viabilidade de obtenção de fontes de captação em condições diferenciadas.

Também se recomenda a participação ativa via ABDE em treinamentos de níveis básico, intermediário e avançado, conforme apresentados na próxima seção, e no compartilhamento de informações, experiências e contribuições em *white papers*.

Agência de Fomento

Este segmento atua mais fortemente com empresas de micro, pequeno e médio portes. Neste sentido, o grau de detalhamento de informações socioambientais solicitadas a estes clientes pode ser reduzido comparado a empresas de grande porte, já que o impacto e/ou benefício climático é de menor escala. Sugere-se, portanto um prazo mais longo para adoção de práticas climáticas mais sofisticadas.

Tabela 20: Recomendações às Agências de Fomento

ESTÁGIO	PRÁTICA	COMPLEXIDADE	HORIZONTE
1	Política corporativa para o combate à mudança do clima divulgada publicamente	Baixa	Curto prazo
2	Inventário e reporte de emissões de GEE de pelo menos escopo 1 e 2: escritórios, viagens, consumo de energia, entre outros	Baixa	Curto prazo
2	Oferecimento de produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima	-	-
2	Determinação de linha de base de emissões de GEE na carteira de crédito: no mínimo para emissões de linhas “verdes”	Alta	Médio prazo
2	Estabelecimento de metas de desempenho para alta administração e gestores de áreas de negócios e operacionais relacionadas ao combate à mudança do clima	Média	Médio prazo
2	Incorporação do tema de mudança do clima em planejamento estratégico	Média	Curto Prazo
3	Oferecimento de produtos próprios com condições diferenciadas	Alta	Médio prazo
3	Gestão de risco climático na carteira de crédito	Alta	Longo prazo
3	Análise de vulnerabilidade climática na carteira de crédito	Alta	Longo prazo
3	Determinação de linha de base de emissões de GEE para a carteira de crédito cujo risco climático seja alto, como nos setores industrial e extrativista, por exemplo	Alta	Longo prazo
3	Estabelecimento de metas de redução de gases de efeito estufa para as carteiras de crédito	Alta	Longo prazo
3	Captação de recursos de IFDs internacionais e/ou multilaterais, fundos climáticos internacionais	Alta	Médio prazo

Também se recomenda a participação ativa via ABDE em treinamentos de níveis básico, intermediário e avançado, conforme apresentados na próxima seção, e no compartilhamento de informações, experiências e em estudos de caso.

Banco Cooperativo

Os bancos cooperativos, em geral, possuem estrutura de governança mais complexa, mas com maior flexibilidade de ação para cada filial. Por um lado, isto traz a possibilidade de capturar oportunidades de mercado com maior rapidez e por outro, torna mais complicado o alinhamento estratégico interno. Neste sentido, é fundamental a incorporação de política e governança interna (para o escritório central e filiais)

climáticas. Da mesma forma que as agências de fomento, entende-se que um prazo mais longo para a implementação de práticas mais sofisticadas seja mais adequado, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 21: Recomendações aos Bancos Cooperativos

ESTÁGIO	PRÁTICA	COMPLEXIDADE	HORIZONTE
1	Política corporativa para o combate à mudança do clima divulgada publicamente	Baixa	Curto prazo
2	Inventário e reporte de emissões de GEE de pelo menos escopo 1 e 2: escritórios, viagens, consumo de energia, entre outros	Baixa	Curto prazo
2	Oferecimento de produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima	Média	Curto prazo
2	Determinação de linha de base de emissões de GEE na carteira de crédito: no mínimo para emissões de linhas “verdes”	Média	Médio prazo
2	Estabelecimento de metas de desempenho para alta administração e gestores de áreas de negócios e operacionais relacionadas ao combate à mudança do clima	Média	Médio prazo
2	Incorporação do tema de mudança do clima em planejamento estratégico	Média	Curto Prazo
3	Oferecimento de produtos próprios com condições diferenciadas	Alta	Médio prazo
3	Gestão de risco climático na carteira de crédito	Alta	Longo prazo
3	Análise de vulnerabilidade climática na carteira de crédito	Alta	Longo prazo
3	Determinação de linha de base de emissões de GEE para a carteira de crédito cujo risco climático seja alto, como nos setores industrial e extrativista, por exemplo	Alta	Longo prazo
3	Estabelecimento de metas de redução de gases de efeito estufa para as carteiras de crédito	Alta	Longo prazo
3	Captação de recursos de IFDs internacionais e/ou multilaterais, fundos climáticos internacionais	Média	Médio prazo

Também se recomenda a participação ativa via ABDE em treinamentos de níveis básico, intermediário e avançado, conforme apresentados na próxima seção, e no compartilhamento de informações, experiências e em estudos de caso.

4.2 Recomendações para a ABDE

Em alinhamento com o atual papel da ABDE junto aos seus membros, a instituição pode auxiliar no desenvolvimento de estratégias climáticas através de um papel de *advocacy* junto aos órgãos governamentais do executivo e ao poder legislativo para o desenvolvimento de produtos específicos para combate à mudança do clima e para alinhamento de metas de desenvolvimento locais com a NDC brasileira. A ABDE também pode liderar diálogos com o setor privado para capturar oportunidades de investimento em projetos e ativos climáticos associados à NDC brasileira. Além disso, a ABDE pode facilitar a sensibilização da alta gestão das instituições-membros e treinamentos. Neste sentido, sugere-se que a instituição trabalhe junto a grupos de interesse e governo através de reuniões bilaterais e coordenação de atividades, assim como nas demais ações listadas abaixo.

TIPO DE AÇÃO	AÇÃO	COMPLEXIDADE	HORIZONTE
Advocacy	Reuniões bilaterais com Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Economia e Secretarias Estaduais	Média	Curto prazo
Advocacy	Coordenação de proposta de projeto de lei e/ou adaptações de regulamentações junto aos membros para estimular o financiamento para medidas de adaptação e mitigação	Alta	Médio prazo
Advocacy	Acompanhamento de detalhamento regional das NDCs brasileiras junto ao Ministério do Meio Ambiente, Secretarias Estaduais e a grupos de interesse (sugerimos membros do Laboratório de Inovação Financeira, patrocinado pela ABDE, BID e CVM)	Média	Médio prazo
Advocacy	Apresentação de <i>white papers</i> sobre financiamento climático no Brasil e compilação de biblioteca online aberta sobre o tema	Baixa	Médio prazo
Posicionamento	Aderir à <i>Task Force on Climate-related Financial Disclosures</i> (TCFD)	Baixa	Médio prazo
Parcerias	Estabelecer diálogo com Febraban no contexto da implementação da TCFD	Baixa	Curto prazo
Parcerias	Estabelecer diálogo/parceria com CDP no contexto de mapeamento de métricas para análise de risco climático de clientes de maior porte	Média	Curto prazo
Parcerias	Estabelecimento de convênios e parcerias com institutos de pesquisa (INPE, FioCruz) e instituições já envolvidas com tema de adaptação a mudanças climáticas para expansão do mapeamento de vulnerabilidades climáticas para cada região do país	Média	Médio prazo
Eventos	Promover eventos de interação dos membros da ABDE com setor privado sobre oportunidades climáticas, incluindo eventos com associações industriais e CEBDS.	Baixa	Curto prazo
Eventos	Promover rodadas de negócios em que potenciais clientes possam interagir diretamente com as instituições financeiras	Baixa	Curto prazo
Treinamento	Treinamento básico com sensibilização da alta gestão para agências de fomento, principalmente, e bancos que não possuem posicionamento definidos sobre o tema, abordando política, governança e reporte relacionados à emissão de gases de efeito estufa	Baixa	Curto prazo
Treinamento	Treinamento intermediário de análise estratégica de cenários climáticos e de vulnerabilidades associadas	Média	Médio prazo
Treinamento	Treinamento avançado para bancos que já possuem posicionamento sobre o tema, abordando metodologias de avaliação de risco, oportunidades e impactos financeiros de questões climáticas na carteira de produtos e serviços da instituição, alinhado à TCFD	Alta	Longo prazo
Treinamento	Plataforma de gestão do conhecimento fechada para membros, com interações online e sessões presenciais com membros para troca de experiências e alinhamento de ações voltadas para questões climáticas	Alta	Médio prazo

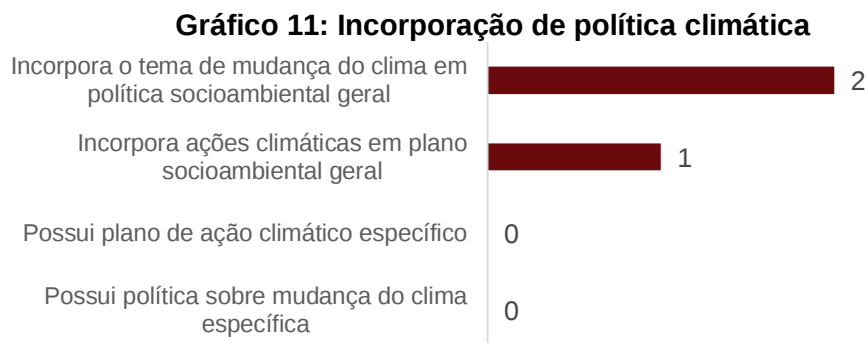
5 ANEXOS

5.1 Respostas por segmentos da ABDE

5.1.1 Bancos Comerciais e de Desenvolvimento Nacionais

Este segmento contou com resposta de duas das três instituições classificadas como bancos comerciais e de desenvolvimento nacionais.

Verificou-se que nenhuma das duas instituições possui política ou plano de ação específico sobre mudança do clima, mas ambas instituições incorporam o tema em política socioambiental geral das instituições. Além disso, uma das respondentes indicou também incorporar ações climáticas em plano socioambiental geral.



No que diz respeito a implementação de ações estratégicas, ambas instituições oferecem produtos e serviços para o combate à mudança do clima. Além disso, uma delas adota gestão de riscos.

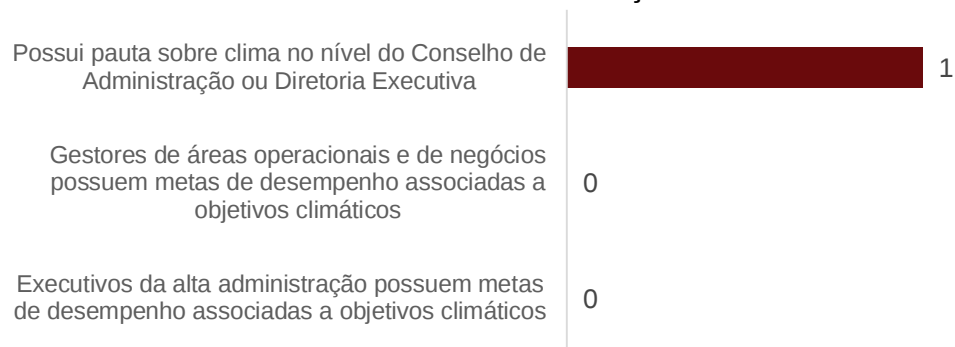
Já a outra, que incorpora ações alinhadas a questões climáticas em plano socioambiental geral, conduz mapeamento de oportunidades em relação à mudança do clima, reporta volume de gases de efeito estufa emitidos e evitados da sua carteira de produtos, e incorpora os impactos climáticos no planejamento estratégico da instituição.

Gráfico 12: Estratégia climática



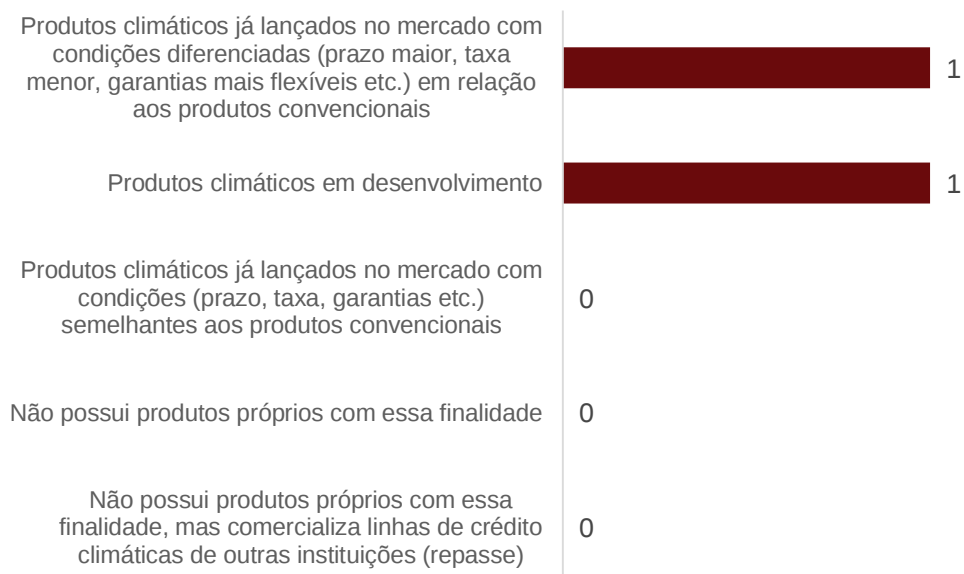
Apenas uma das instituições indicou que possui pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva. Nenhuma das respondentes deste segmento implantou metas de desempenho para executivos da alta administração e gestores de áreas operacionais e de negócios.

Gráfico 13: Governança climática



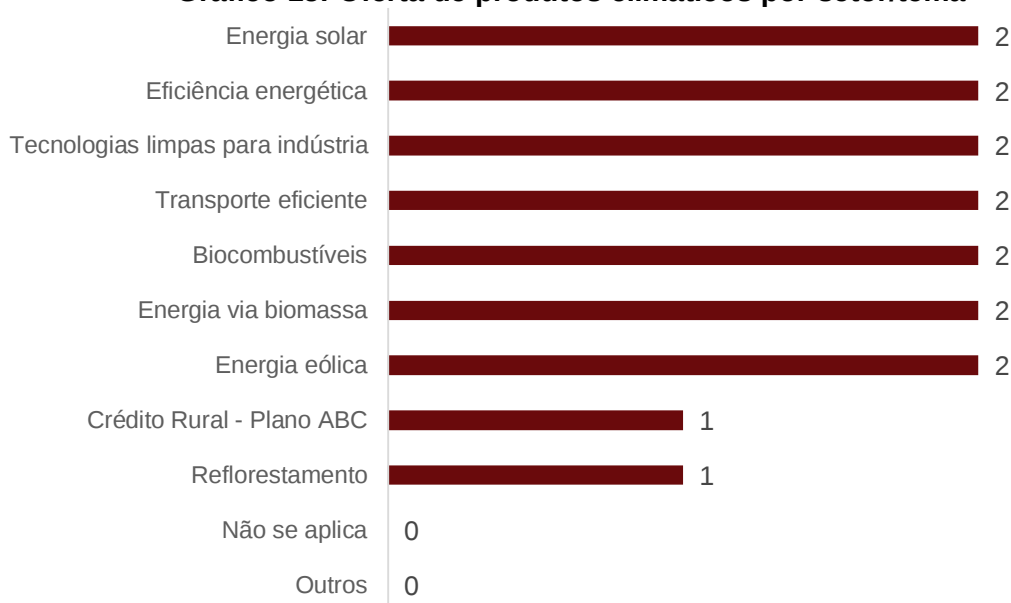
A oferta de produtos próprios voltados para o combate à mudança do clima também foi indagada nesta pesquisa. Neste segmento, uma das instituições indicou tê-los, tendo a segunda indicado estar em processo de desenvolvimento dos mesmos.

Gráfico 14: Oferta de produtos climáticos



Em relação às características dos produtos climáticos oferecidos, uma das respondentes possui atuação em todos os setores apresentados nesta pesquisa; e a outra, possui atuação em a quase totalidade dos setores (exceto crédito rural e reflorestamento).

Gráfico 15: Oferta de produtos climáticos por setor/tema



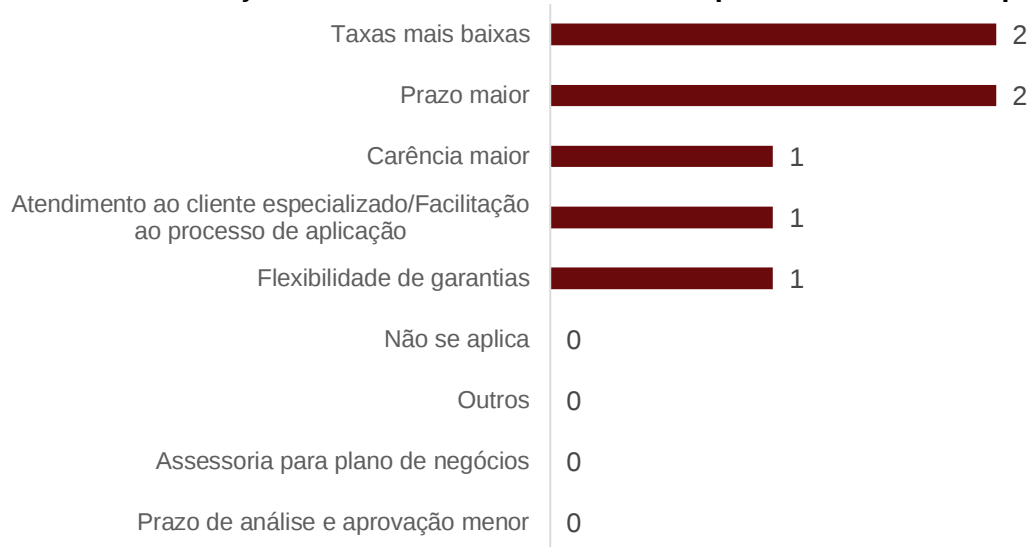
Em relação ao tipo de produtos próprios relacionados ao combate à mudança do clima oferecidos, somente garantias não são providas neste segmento.

Gráfico 16: Oferta de produtos climáticos por tipo



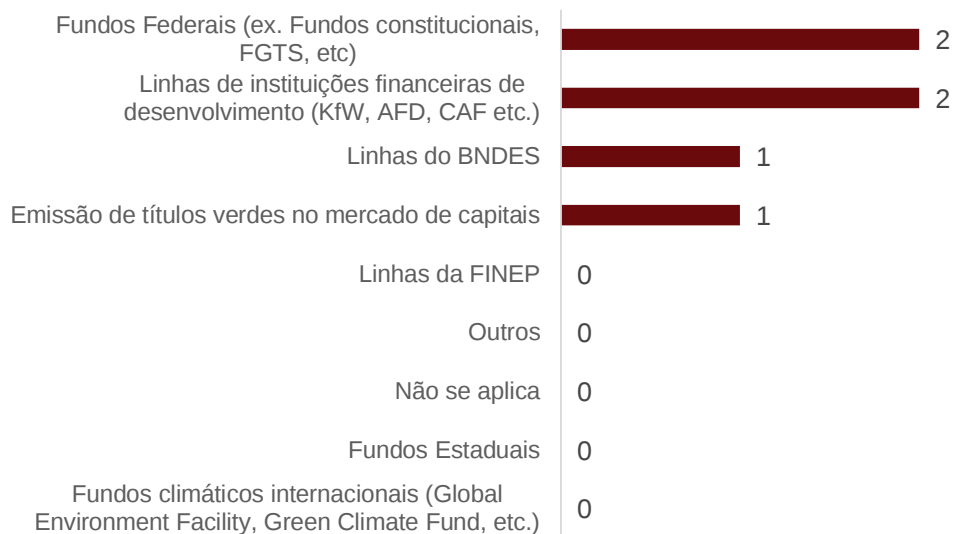
Ambas instituições indicaram fornecer condições de financiamento diferenciadas para produtos climáticos, como taxas mais baixas e prazos mais longos. Uma das instituições ainda indicou oferecer carência maior, atendimento especializado ao cliente e flexibilidade de garantias requeridas.

Gráfico 17: Condições diferenciadas oferecidas em produtos climáticos próprios



Além de fundos federais, ambas instituições contam com fundos de instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais. Ainda foi indicada a emissão de títulos verdes como uma fonte de recursos para produtos climáticos.

Gráfico 18: Fontes de captação/repasso para oferta de produtos climáticos

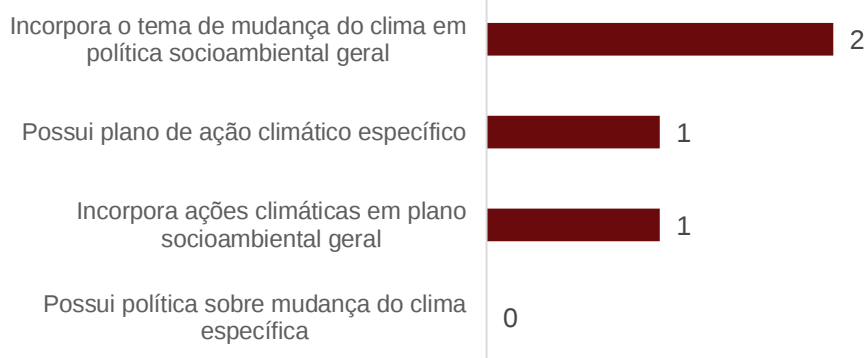


5.1.2 Banco Comercial com Carteira de Desenvolvimento Subnacional ou Regional

Este segmento contou com a resposta de três das quatro instituições classificadas como bancos comerciais com carteira de desenvolvimento subnacional ou regional.

Foi identificado que duas das três respondentes incorporam o tema de mudanças climáticas em suas políticas socioambientais gerais, com uma delas apresentando plano de ação climático específico e a outra incluindo o tema em seu plano socioambiental geral.

Gráfico 19: Incorporação de política climática



No que diz respeito a implementação de ações estratégicas, as mesmas duas instituições oferecem produtos e serviços para o combate à mudança do clima. Além disso, uma delas adota gestão de riscos para questões climáticas que afetem produtos e serviços e conduz mapeamento de oportunidades em relação à mudança do clima.

Já a outra, que incorpora ações alinhadas a questões climáticas em plano socioambiental geral, incorpora os impactos climáticos no planejamento estratégico da instituição.

Gráfico 20: Estratégia climática



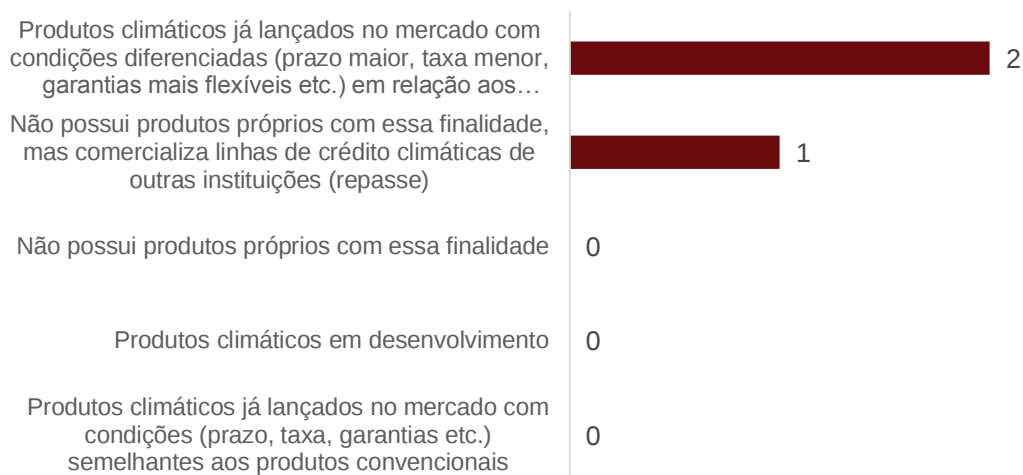
Nenhuma das respondentes deste segmento indicou que possui pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria ou implantou metas de desempenho para executivos da alta administração e gestores de áreas operacionais e de negócios.

Quando indagados a respeito do motivo da falta de posicionamento institucional sobre o tema, o único banco respondente deste segmento que se encaixa na pergunta por não possuir nenhum tipo de posicionamento, afirmou que a instituição cumpre apenas o que requer a legislação vigente.⁵

A oferta de produtos próprios voltados para o combate à mudança do clima também foi indagada nesta pesquisa. Neste segmento, duas das instituições indicaram tê-los e oferecer condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis, etc.) em relação aos produtos convencionais. A terceira instituição afirmou que não possui produtos climáticos próprios, mas comercializa linhas de crédito climáticas de outras instituições.

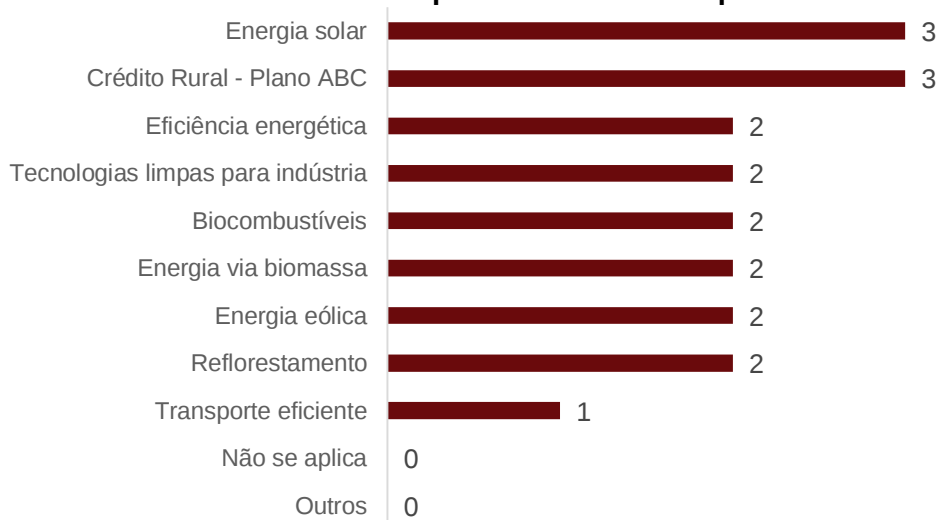
⁵ Outro banco deste segmento também afirmou que atende apenas ao que requer a legislação vigente. No entanto, a pergunta foi direcionada às instituições que não possuem posicionamento institucional sobre o tema de mudanças climáticas e por isso a resposta não foi considerada.

Gráfico 21: Oferta de produtos climáticos



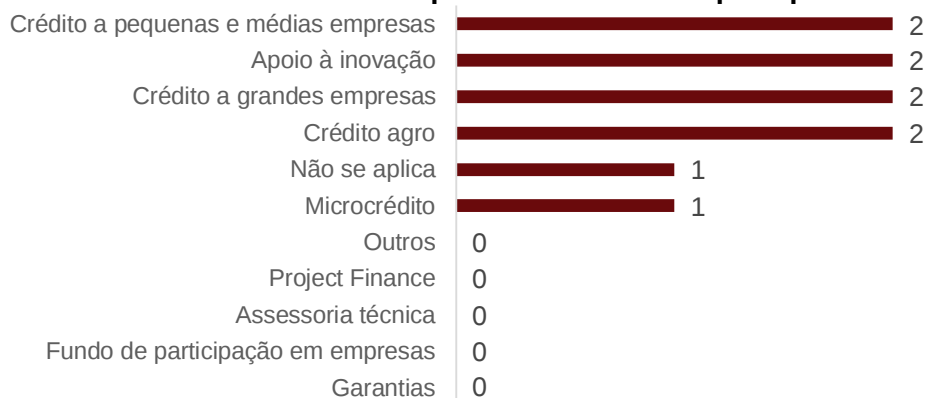
Em relação às características dos produtos climáticos oferecidos, uma das respondentes possui atuação em todos os setores apresentados nesta pesquisa; tendo a segunda a quase totalidade (exceto transporte eficiente) e a terceira apenas nos setores de energia solar e crédito rural.

Gráfico 22: Oferta de produtos climáticos por setor/tema



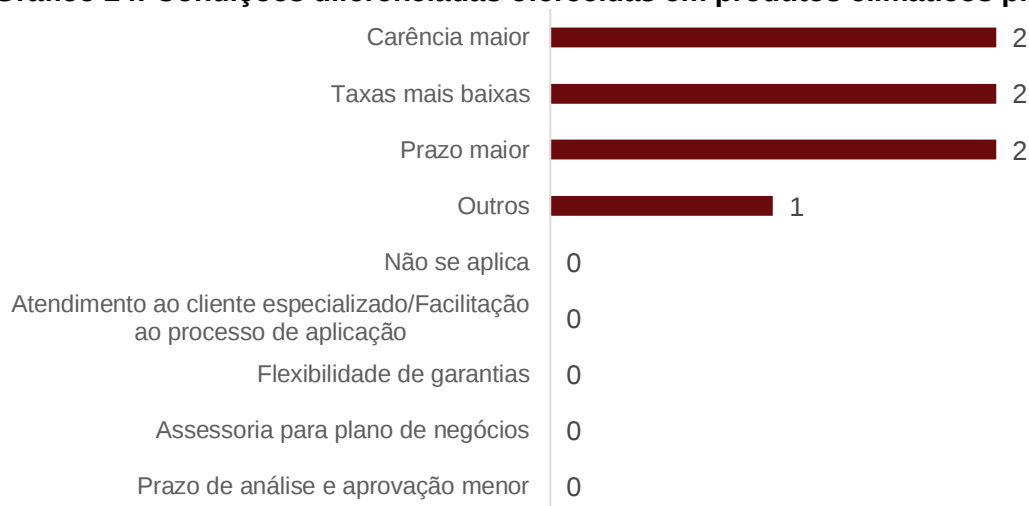
Em relação ao tipo de produtos próprios relacionados ao combate à mudança do clima oferecidos, se destacam produtos de crédito e apoio à inovação em ambas instituições que os possuem. Não são providas garantias, assessoria técnica, fundo de participação em empresas ou *Project Finance* com objetivos climáticos neste segmento.

Gráfico 23: Oferta de produtos climáticos por tipo



Ambas instituições com produtos próprios indicaram fornecer condições de financiamento diferenciadas, como taxas mais baixas e prazos e carência mais longos.⁶

Gráfico 24: Condições diferenciadas oferecidas em produtos climáticos próprios



Além de fundos federais, acessados por todas as respondentes deste segmento, duas das instituições oferecem o repasse de linhas do BNDES e da FINEP.

⁶ A seleção da opção “Outros”, neste caso, se refere a um banco que não fornece produtos climáticos próprios (e, portanto, se encaixaria melhor na opção “Não se aplica”).

Gráfico 25: Fontes de captação/repasso para oferta de produtos climáticos

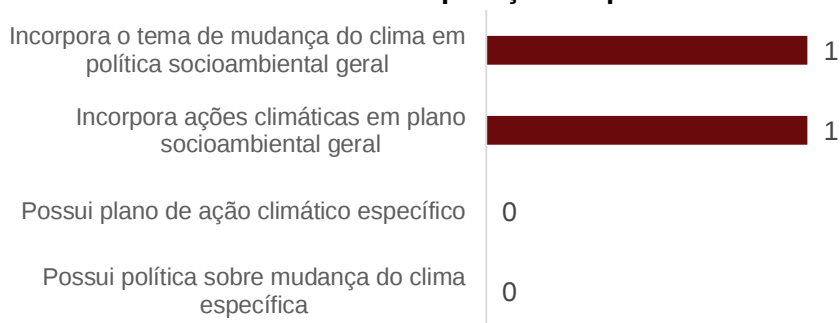


5.1.3 Banco de Desenvolvimento Regional

Este segmento contou com resposta de todas as três instituições classificadas como banco de desenvolvimento regional.

Verificou-se que duas das instituições possuem alguma política sobre mudança do clima, incorporando o tema ou ações climáticas em sua política socioambiental geral e em seu plano socioambiental geral, respectivamente.

Gráfico 26: Incorporação de política climática



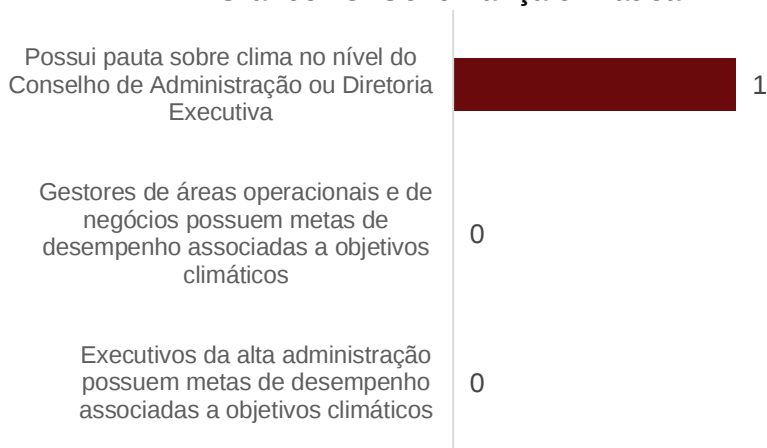
A respeito da implementação de ações estratégicas, todas as instituições deste segmento oferecem produtos e serviços para o combate à mudança do clima. Além disso, uma delas conduz mapeamento de oportunidades climáticas.

Gráfico 27: Estratégia climática



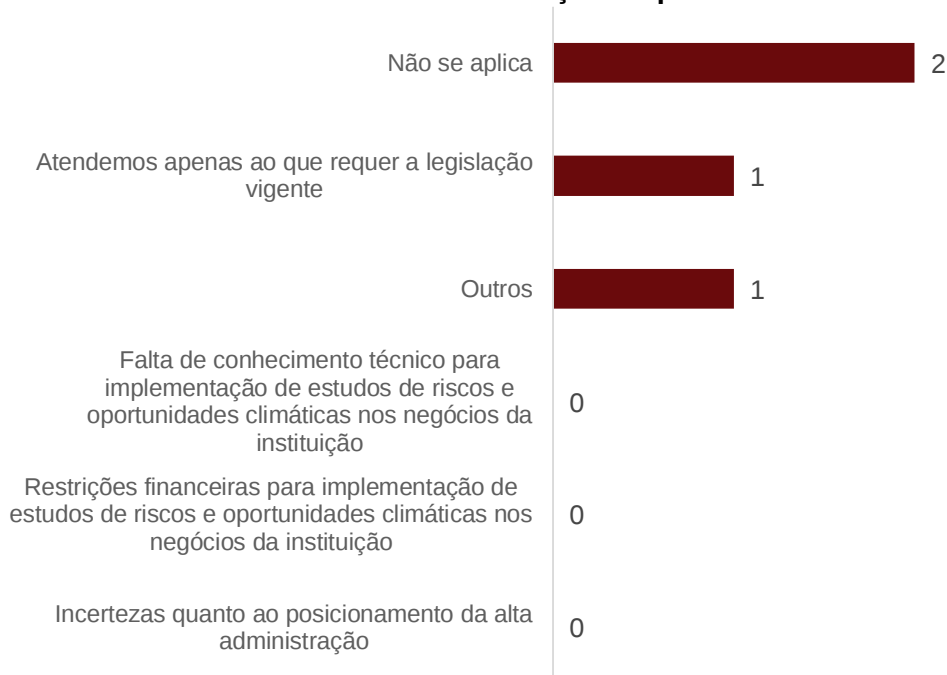
Apenas uma das instituições indicou que possui pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva. Nenhuma das respondentes deste segmento implantou metas de desempenho para executivos da alta administração e gestores de áreas operacionais e de negócios.

Gráfico 28: Governança climática



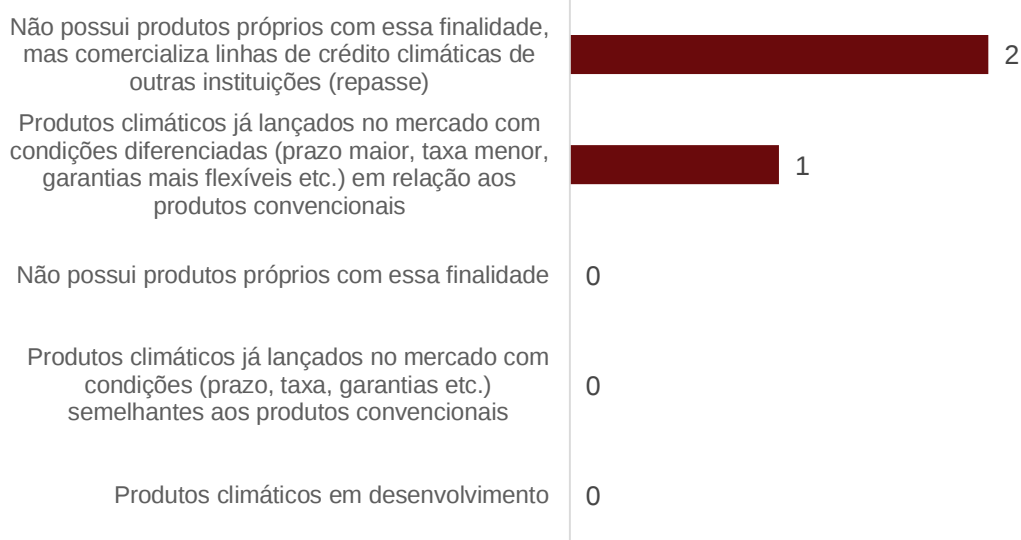
As instituições foram questionadas também a respeito dos impedimentos ao posicionamento institucional sobre o tema das mudanças climáticas. Neste sentido, a instituição, que afirmou apenas possuir produtos voltados ao combate das mudanças climáticas na questão anterior, indicou que há falta de maior engajamento institucional devido a somente atenderem ao que requer a legislação vigente e baixo engajamento dos gestores no segundo e terceiro escalões no tema.

Gráfico 29: Obstáculos à definição de posicionamento climático



A oferta de produtos próprios voltados para o combate à mudança do clima também foi indagada nesta pesquisa. Neste segmento, uma das instituições indicou tê-los, tendo as outras afirmado que comercializam linhas de crédito climáticas de outras instituições.

Gráfico 30: Oferta de produtos climáticos



Em relação às características dos produtos climáticos oferecidos, uma das respondentes possui atuação em todos os setores apresentados nesta pesquisa; e as outras oferecem produtos em 56% dos setores.

Gráfico 31: Oferta de produtos climáticos por setor/tema



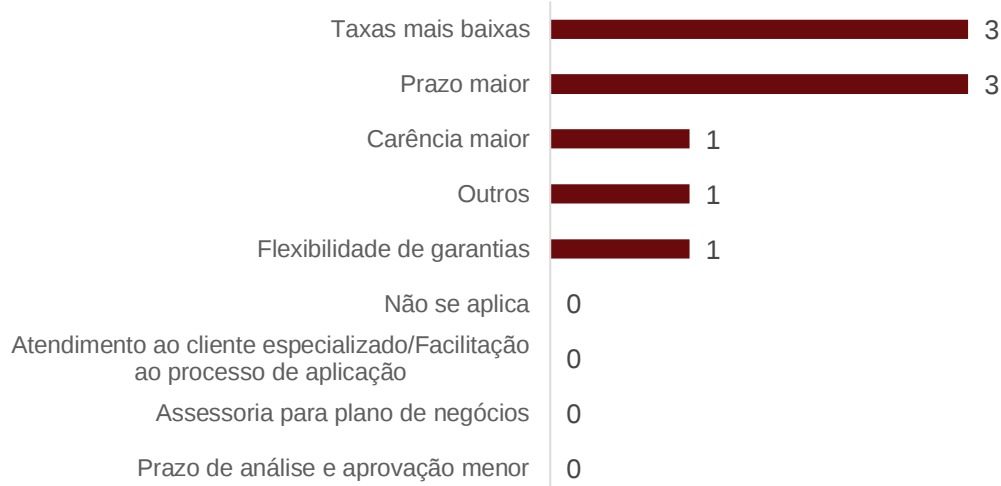
Em relação ao tipo de produtos próprios relacionados ao combate à mudança do clima oferecidos, somente microcrédito, garantias e fundo de participação em empresas não são providas por nenhuma das respondentes deste segmento.

Gráfico 32: Oferta de produtos climáticos próprios por tipo



Todas as instituições do segmento fornecem condições de financiamento diferenciadas para os produtos climáticos, como taxas mais baixas e prazos mais longos. Além disso, as três oferecem ainda algum outro tipo de condição incentivada, variando entre um maior prazo de carência, garantias flexíveis e spread médio reduzido (o qual depende das condições de captação).

Gráfico 33: Condições diferenciadas oferecidas em produtos climáticos próprios



Além de linhas do BNDES, como o Fundo Clima, duas das instituições contam também com fundos de instituições financeiras de desenvolvimento internacionais e multilaterais, como a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A outra também capta recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social (FUNDES) e do Programa Reflorestar do governo estadual do Espírito Santo.

Gráfico 34: Fontes de captação/repasso para oferta de produtos climáticos

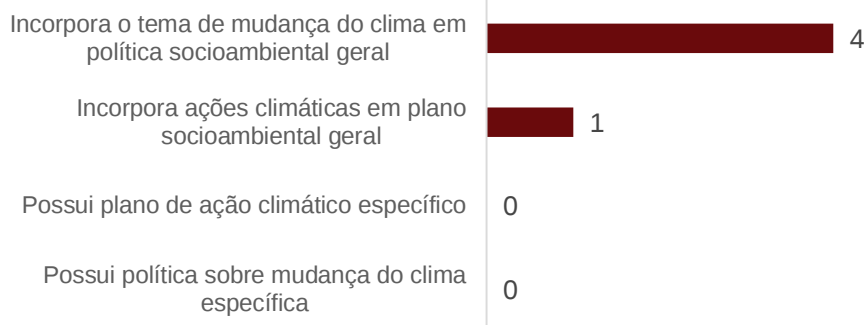


5.1.4 Agência de Fomento

Este segmento contou com resposta de 12 das 16 instituições classificadas como agências de fomento, o que representa 75% do total.

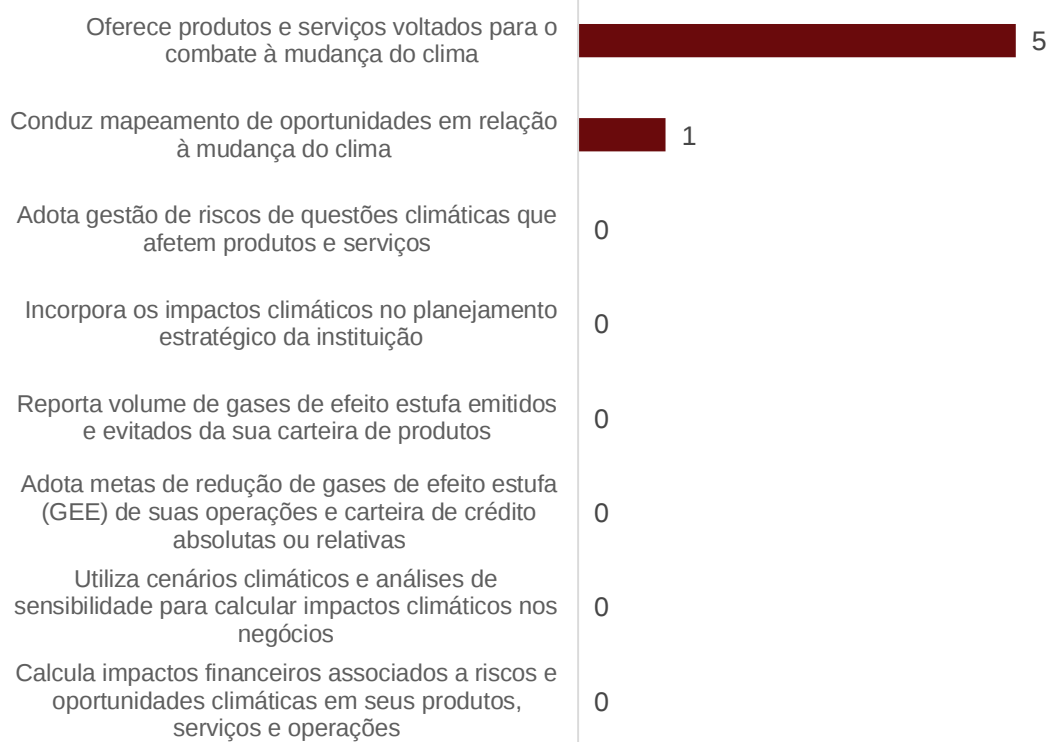
A respeito da existência de posicionamento institucional acerca do tema de mudanças climáticas e relativo às metas do Brasil (NDC) para o combate à essas questões, 33% das instituições afirmaram incorporar o tema em suas políticas socioambientais gerais e apenas uma (8%) incorpora ações climáticas em seu plano socioambiental geral. Nenhuma das instituições possui plano ou política específicos sobre mudança do clima.

Gráfico 35: Incorporação de política climática



No âmbito da incorporação do tema na estratégia das instituições, 42% das agências de fomento oferecem produtos e serviços para o combate à mudança do clima. Além disso, uma delas também conduz o mapeamento de oportunidades climáticas.

Gráfico 36: Estratégia climática



Nenhuma das instituições respondentes deste segmento possui algum posicionamento no nível da Governança.

Os principais impedimentos indicados para a ausência de maior posicionamento institucional sobre o tema são a falta de conhecimento técnico e cumprimento apenas do que requer a legislação vigente, ambos selecionados por 50% dos respondentes deste segmento. Em seguida, em 33%, está a existência de restrições financeiras para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição.

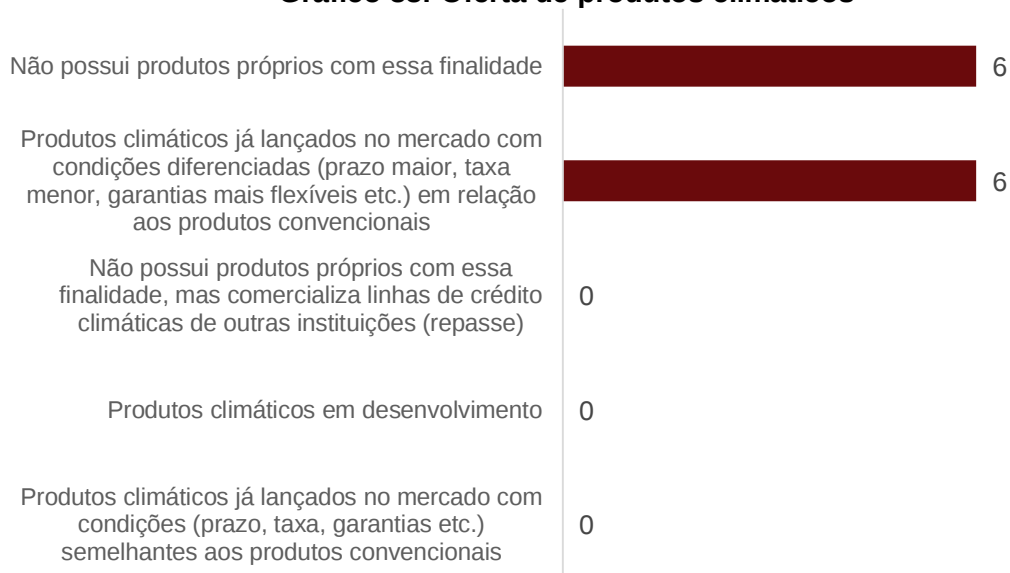
Outras razões não disponibilizadas nas opções da pesquisa foram descritas pelos respondentes, como a recente implantação de política (8%), a dificuldade de viabilizar economicamente produtos climáticos (8%) e a dificuldade de implementação dada a atuação da instituição em nicho de mercado de microfinanças (8%).

Gráfico 37: Obstáculos à definição de posicionamento climático



A oferta de produtos próprios voltados para o combate à mudança do clima também foi indagada nesta pesquisa. Neste segmento, metade das instituições indicou não possuir esses produtos climáticos, ao passo que a outra metade possui e os oferece a condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis, etc.) em relação aos produtos convencionais.

Gráfico 38: Oferta de produtos climáticos

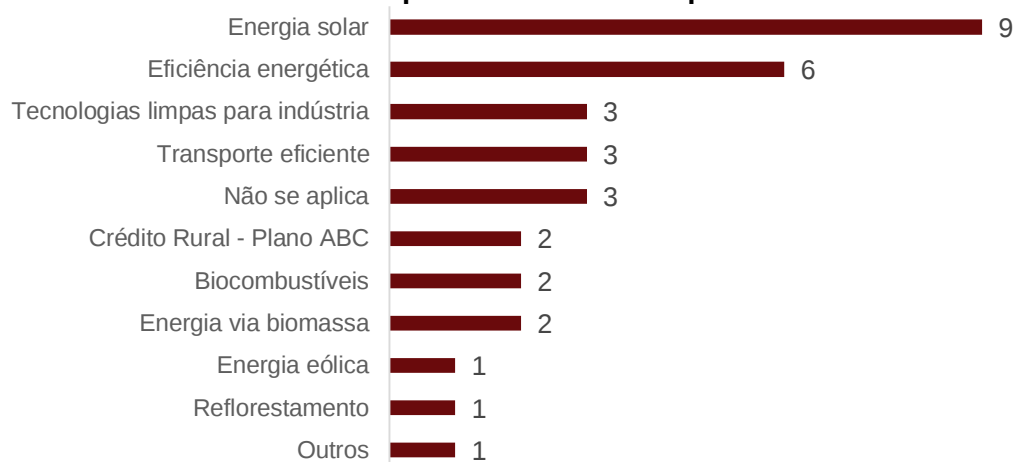


Em relação às características dos produtos climáticos oferecidos, 75% das respondentes deste segmento afirmaram possuir produtos direcionados para o setor de energia solar, e 50% possuem produtos de eficiência energética.

Todos os setores apresentados nesta pesquisa foram selecionados por pelo menos uma instituição deste segmento. Uma instituição citou, ainda, uma linha de crédito com condições facilitadas para municípios que sofreram impactos de algum evento extremo,

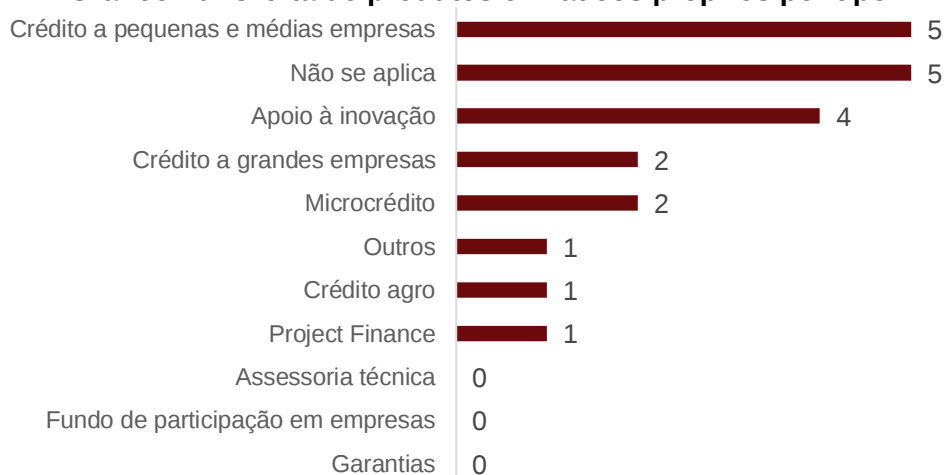
tais como enchentes, fortes chuvas, vendavais, etc.) e que tenham decretado calamidade pública.

Gráfico 39: Oferta de produtos climáticos por setor/tema



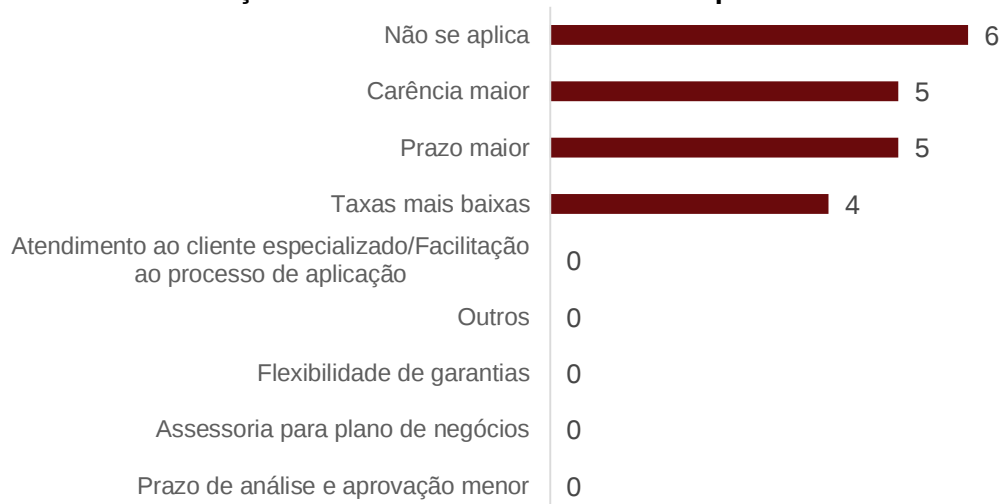
Em relação aos tipos de produtos próprios relacionados ao combate à mudança do clima oferecidos, se destacam produtos de crédito a pequenas e médias empresas (42%) e apoio à inovação (33%). Não são providas garantias, assessoria técnica ou fundo de participação em empresas com objetivos climáticos neste segmento.

Gráfico 40: Oferta de produtos climáticos próprios por tipo



As instituições com produtos próprios indicaram fornecer condições de financiamento diferenciadas, como carência (42%) e prazos mais longos (42%). Um terço das instituições respondeu que também oferecem taxas mais baixas para estes produtos, e uma citou que possui atendimento ao cliente especializado ou facilitação do processo de aplicação nestes casos.

Gráfico 41: Condições diferenciadas oferecidas em produtos climáticos próprios



As fontes de recursos mais acessadas pelas agências de fomento são linhas do BNDES ou FINEP, com 33% destas instituições afirmando repassar esses recursos. Foram destacados por duas instituições o Fundo Clima e Plano ABC.⁷

Gráfico 42: Fontes de captação/repasso para oferta de produtos climáticos



As instituições que não possuem produtos climáticos foram indagadas a respeito dos fatores que seriam mais relevantes para o desenvolvimento de produtos climáticos, sendo instruídas a atribuir uma ordem de relevância para cada uma das opções divulgadas na pesquisa. Para o segmento de agências de fomento, o fator mais vezes considerado de alta relevância foi o desenvolvimento de uma nova base regulatória, com 83% das instituições atribuindo alta/muito alta relevância, seguido pelo fator aprovação da alta gestão e avaliação financeira interna.

O desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações, o apoio técnico socioambiental externo e o custo de captação diferenciado foram selecionados como de muito alta ou alta relevância por metade das instituições que responderam esta questão.

⁷ Duas instituições, ou 17% do total, selecionaram a opção “Outros”, afirmando repassar também recursos de fontes próprias, apesar da pergunta focalizar nas fontes de recursos para repasse.

Tabela 17: Grau de relevância de fatores necessários para o desenvolvimento de produtos climáticos

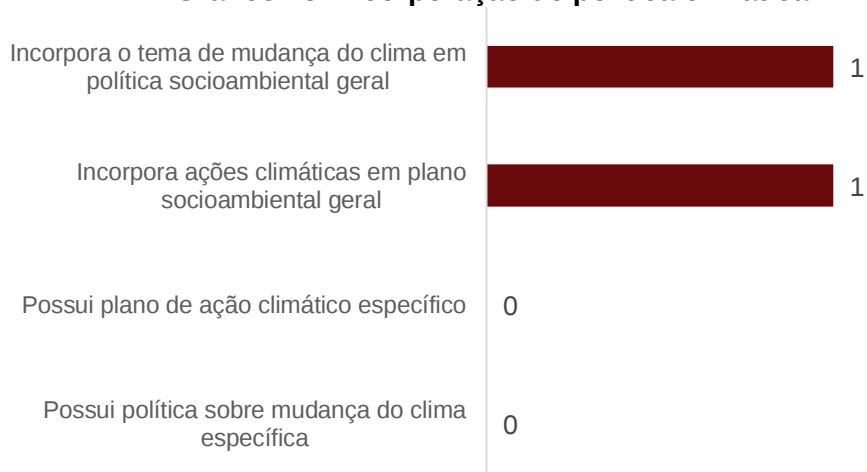
Fatores Necessários	Muito alta	Alta	Média	Baixa	Muito baixa
Aprovação da alta gestão	50%	17%	0%	0%	33%
Avaliação financeira interna	33%	33%	0%	0%	33%
Desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações	17%	33%	17%	0%	33%
Apoio técnico socioambiental externo	17%	33%	17%	0%	33%
Custo de captação diferenciado	17%	33%	17%	17%	17%
Nova base regulatória	67%	17%	0%	0%	17%
Outros	0%	0%	0%	0%	100%

5.1.5 Banco Cooperativo

Este segmento contou com resposta de duas das três instituições classificadas como bancos cooperativos.

Verificou-se que nenhuma das duas instituições possui política ou plano de ação específico sobre mudança do clima, mas uma incorpora o tema em sua política socioambiental geral e a outra incorpora ações climáticas em seu plano socioambiental geral.

Gráfico 43: Incorporação de política climática



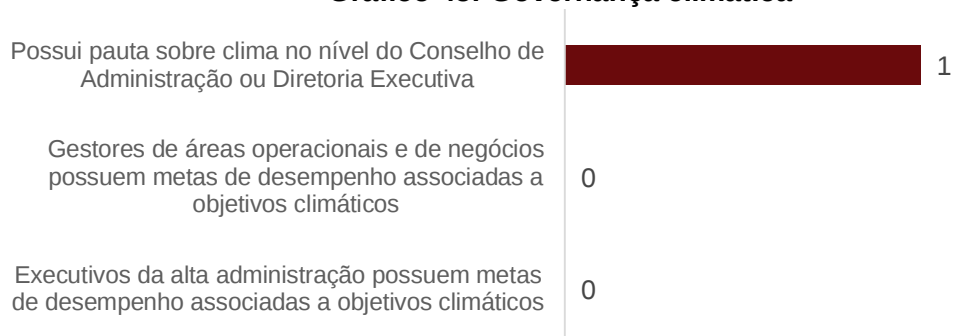
No que diz respeito a implementação de ações estratégicas, apenas a instituição que incorpora ações alinhadas a questões climáticas em plano socioambiental geral as desenvolve. A instituição reporta o volume de gases de efeito estufa emitidos e evitados da sua carteira de produtos, oferece produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima, conduz mapeamento de oportunidades em relação à mudança do clima e adota gestão de riscos de questões climáticas que afetem produtos e serviços.

Gráfico 44: Estratégia climática



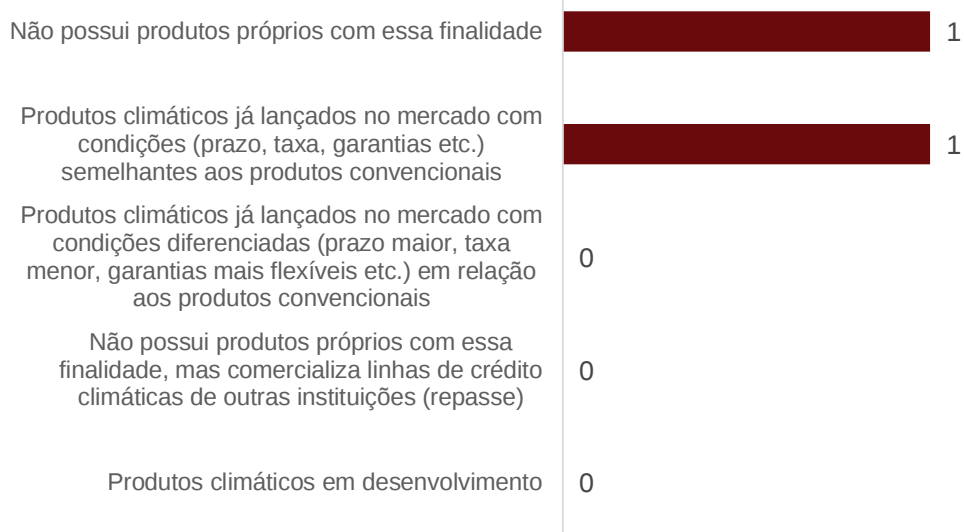
A mesma instituição indicou que possui pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva. Nenhuma das respondentes deste segmento implantou metas de desempenho para executivos da alta administração e gestores de áreas operacionais e de negócios.

Gráfico 45: Governança climática



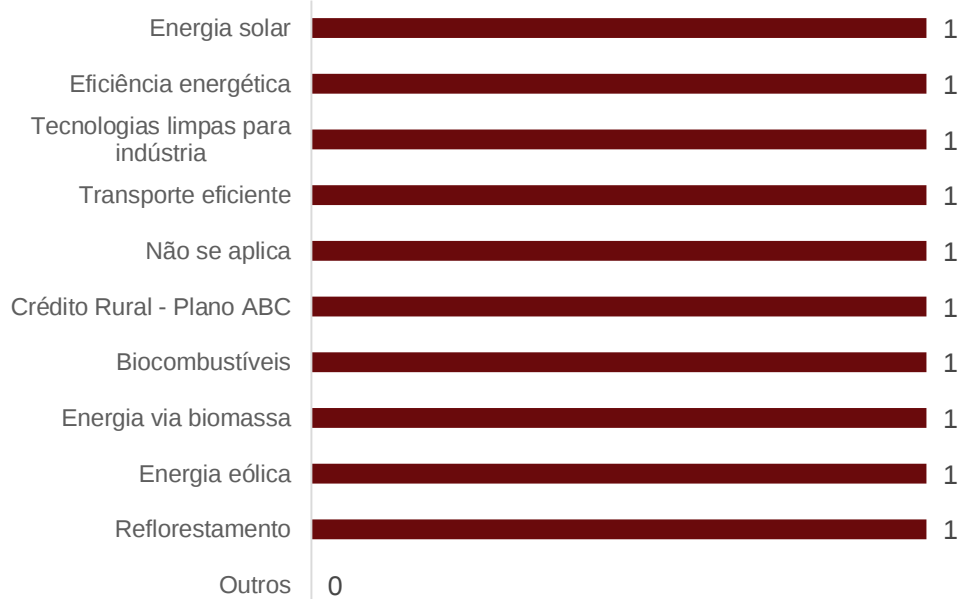
Apenas uma das instituições indicou ter produtos próprios voltados para combater a mudança do clima, oferecidos com condições semelhantes aos produtos convencionais.

Gráfico 46: Oferta de produtos climáticos



Em relação às características dos produtos climáticos oferecidos, uma das respondentes possui atuação em todos os setores apresentados nesta pesquisa. A outra não oferece produtos com esta finalidade, como mencionado acima.

Gráfico 47: Oferta de produtos climáticos por setor/tema



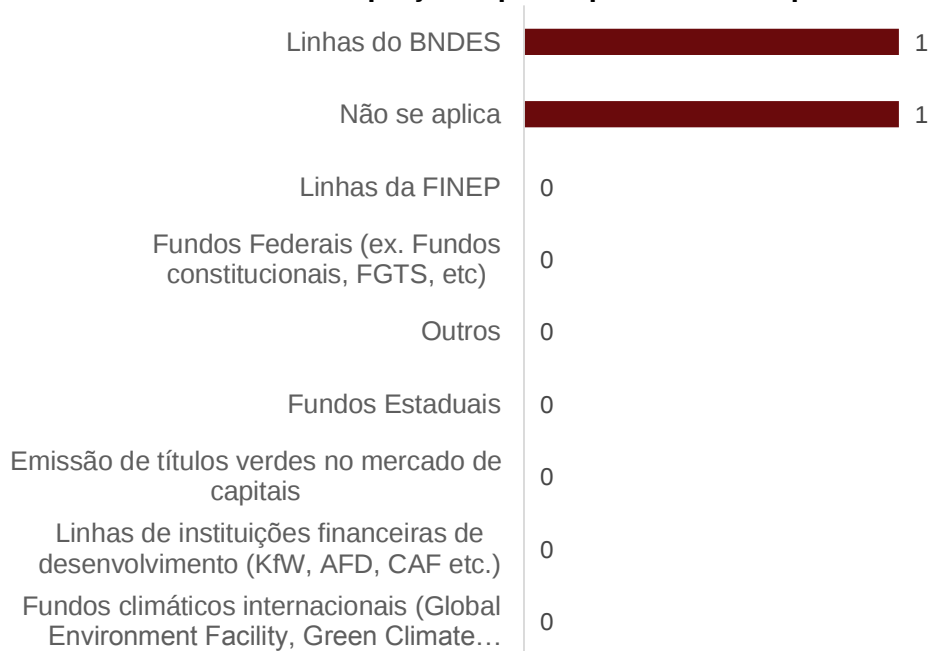
Em relação ao tipo de produtos próprios relacionados ao combate à mudança do clima oferecidos, a instituição que os possui indicou que se tratam de consórcio sustentável e crédito para energia renovável.

Gráfico 48: Oferta de produtos climáticos próprios por tipo



Apenas uma das respondentes acessa fontes de captação/repassa para ofertar produtos climáticos, provenientes de linhas do BNDES para este fim, como a linha ABC.

Gráfico 49: Fontes de captação/repassa para oferta de produtos climáticos



Indagadas a respeito dos fatores necessários para o desenvolvimento de produtos climáticos, caso a instituição não os ofereça, ambas as instituições selecionaram a avaliação financeira interna e o desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações como fatores de relevância muito alta. Foram destacados também o custo de captação diferenciado e uma nova base regulatória, ambos os fatores selecionados como de relevância muito alta ou alta pelas instituições deste segmento.

A instituição que afirmou não possuir produtos climáticos selecionou, ainda, outros fatores como de relevância muito alta: o apoio técnico socioambiental externo e a existência de demanda por parte das cooperativas apoiadas.

Tabela 18: Grau de relevância de fatores necessários para o desenvolvimento de produtos climáticos

Fatores Necessários	Muito alta	Alta	Média	Baixa	Muito baixa
Aprovação da alta gestão	100%	0%	0%	0%	0%
Avaliação financeira interna	100%	0%	0%	0%	0%
Desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações	100%	0%	0%	0%	0%
Apoio técnico socioambiental externo	100%	0%	0%	0%	0%
Custo de captação diferenciado	100%	0%	0%	0%	0%
Nova base regulatória	100%	0%	0%	0%	0%
Outros	100%	0%	0%	0%	0%

5.2 Questionário

1. A instituição possui posicionamento institucional relativo às metas do Brasil (NDC) para combate à mudança do clima definidas a partir do Acordo de Paris? (Marque todas que se aplicarem)

Política

- ☐ Possui política sobre mudança do clima específica
- ☐ Incorpora o tema de mudança do clima em política socioambiental geral
- ☐ Possui plano de ação climático específico
- ☐ Incorpora ações climáticas em plano socioambiental geral

Estratégia

- ☐ Oferece produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima
- ☐ Adota gestão de riscos de questões climáticas que afetem produtos e serviços
- ☐ Conduz mapeamento de oportunidades em relação à mudança do clima
- ☐ Reporta volume de gases de efeito estufa emitidos e evitados da sua carteira de produtos
- ☐ Calcula impactos financeiros associados a riscos e oportunidades climáticas em seus produtos, serviços e operações
- ☐ Utiliza cenários climáticos e análises de sensibilidade para calcular impactos climáticos nos negócios
- ☐ Incorpora os impactos climáticos no planejamento estratégico da instituição
- ☐ Adota metas de redução de gases de efeito estufa (GEE) de suas operações e carteira de crédito absolutas ou relativas

Governança

- ☐ Possui pauta sobre clima no nível do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva
- ☐ Executivos da alta administração possuem metas de desempenho associadas a objetivos climáticos
- ☐ Gestores de áreas operacionais e de negócios possuem metas de desempenho associadas a objetivos climáticos
- ☐ **Não possui posicionamento definido sobre o tema**

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

2. Caso não possua posicionamento institucional definido sobre o tema, quais os impedimentos para não terem sido incorporados ainda? (Marque todas que se aplicarem)

- ☐ Incertezas quanto ao posicionamento da alta administração
- ☐ Falta de conhecimento técnico para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição
- ☐ Restrições financeiras para implementação de estudos de riscos e oportunidades climáticas nos negócios da instituição
- ☐ Atendemos apenas ao que requer a legislação vigente
- ☐ Outros

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

3. Caso ofereça produtos e serviços voltados para o combate à mudança do clima, em quais setores atua? (Marque todas que se apliquem)

- ☐ Energia solar
- ☐ Energia eólica
- ☐ Energia via biomassa
- ☐ Biocombustíveis
- ☐ Eficiência energética
- ☐ Crédito rural – Plano ABC
- ☐ Reflorestamento
- ☐ Transporte eficiente
- ☐ Tecnologias limpas para indústria
- ☐ Outros

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

4. A instituição possui produtos próprios voltados para combater a mudança do clima? (Marque apenas a opção que mais se adeque ao momento da IFD)

- ☐ Não possui produtos próprios com essa finalidade
- ☐ Não possui produtos próprios com essa finalidade, mas comercializa linhas de crédito climáticas de outras instituições (repasse)
- ☐ Produtos climáticos em desenvolvimento
- ☐ Produtos climáticos já lançados no mercado com condições (prazo, taxa, garantias etc.) semelhantes aos produtos convencionais
- ☐ Produtos climáticos já lançados no mercado com condições diferenciadas (prazo maior, taxa menor, garantias mais flexíveis etc.) em relação aos produtos convencionais

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

5. Quais produtos próprios oferecidos pela instituição são vinculados a objetivos climáticos? (Marque todas que se apliquem)

- ☐ Crédito agro
- ☐ Project Finance
- ☐ Crédito a grandes empresas
- ☐ Crédito a pequenas e médias empresas
- ☐ Microcrédito
- ☐ Apoio à Inovação
- ☐ Garantias
- ☐ Fundo de participação em empresas
- ☐ Assessoria técnica
- ☐ Outros

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

6. Quais características destes produtos são diferenciadas em relação aos produtos convencionais, provendo incentivos a projetos que atuem no combate à mudança do clima? (Marque todas que se apliquem)

- ☐ Prazo maior
- ☐ Taxas mais baixas
- ☐ Flexibilidade de garantias
- ☐ Carência maior
- ☐ Prazo de análise e aprovação menor
- ☐ Assessoria para plano de negócios
- ☐ Atendimento ao cliente especializado/Facilitação ao processo de aplicação
- ☐ Outros

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

7. Quais fontes de captação/repasso a instituição acessa para ofertar produtos e serviços climáticos? (Marque todas que se apliquem)

- ☐ Linhas do BNDES
- ☐ Linhas da FINEP
- ☐ Fundos climáticos internacionais (Global Environment Facility, Green Climate Fund etc.)
- ☐ Fundos federais (ex. Fundos constitucionais, FGTS, etc.)
- ☐ Fundos estaduais
- ☐ Linhas de instituições financeiras de desenvolvimento (KfW, AFD, CAF etc.)
- ☐ Emissão de títulos verdes no mercado de capitais
- ☐ Outros

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

8. Caso a instituição não ofereça tais produtos, quais fatores são necessários para serem desenvolvidos? Indique a relevância de cada opção para a instituição de 1 a 5 (1=alta relevância).

	1	2	3	4	5
Aprovação da alta gestão					
Avaliação financeira interna					
Desenvolvimento/aprimoramento de sistema de controle de informações					
Apoio técnico socioambiental externo					
Custo de captação diferenciado					
Nova base regulatória					
Outros					

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

9. Como instituições financeiras internacionais/multilaterais poderiam auxiliar no desenvolvimento de produtos focalizados no combate à mudança do clima? Indique a relevância de cada opção para a instituição de 1 a 5 (1=alta relevância).

	1	2	3	4	5
Assessoria técnica					
Condições de captação diferenciadas para produtos climáticos					
Garantias para emissão de títulos de dívida					
Recursos não-reembolsáveis (grants)					
Hedge de juros e de moeda em operações de crédito					
Novas linhas de crédito climáticas com foco em setores-chave na NDC brasileira					
Outros					

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

10. Como a ABDE poderia auxiliar a incorporação de políticas específicas e desenvolvimento de produtos focalizados no combate à mudança do clima? Indique a relevância de cada opção para a instituição de 1 a 5 (1=alta relevância).

	1	2	3	4	5
Treinamento e cases de sucesso					
Sensibilização da alta gestão					
Liderar diálogos com setor privado para capturar oportunidades de investimento pelos membros da ABDE em projeto e ativos climáticos associados à NDC brasileira					
Liderar diálogos com instituições governamentais e Congresso Nacional para novas regulamentações específicas para produtos diferenciados ou setores com benefícios climáticos					
Liderar diálogos com governo federal/ministérios para alinhamento das metas de desenvolvimento locais com a NDC brasileira					
Outros					
Treinamento e cases de sucesso					

Por favor, insira detalhes que embasem suas respostas abaixo, tais como links para documentos e páginas do site que descrevam práticas e produtos, ou comentários adicionais.

